



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**PERCEPÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES E TÉCNICOS SOBRE
MERCADO INSTITUCIONAL NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NO VALE DO RIBEIRA**

TIAGO TOMAZ GOMES

Araras

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**PERCEPÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES E TÉCNICOS SOBRE
MERCADO INSTITUCIONAL NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NO VALE DO RIBEIRA**

TIAGO TOMAZ GOMES

ORIENTADORA: Profa. Dra. LUCIMAR SANTIAGO DE ABREU

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural como requisito
parcial à obtenção do título de
**MESTRE EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Araras

2018

Tomaz Gomes, Tiago

Percepções de agricultores familiares e técnicos sobre mercado institucional no desenvolvimento da agricultura familiar no Vale do Ribeira / Tiago Tomaz Gomes. -- 2018.
89 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras

Orientador: Lucimar Santiago de Abreu

Banca examinadora: Marta Cristina Marjotta-Maistro, Tércia Zavaglia Torres

Bibliografia

1. Políticas públicas. 2. Desenvolvimento rural. 3. Agroecologia.
I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Maria Helena Sachi do Amaral – CRB/87083



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Tiago Tomaz Gomes, realizada em 28/06/2018:

Prof. Dr. Lucimar Santiago de Abreu
EMBRAPA

Profa. Dra. Marta Cristina Marjotta Maistro
UFSCar

Profa. Dra. Tércia Zavaglia Torres
EMBRAPA

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Lucimar Santiago de Abreu, orientadora da dissertação, pela orientação e apoio científico em todas as etapas do meu percurso acadêmico.

À Dra. Tércia Zavaglia Torres, pelas sugestões, participação nas bancas de qualificação e defesa e apoio durante o período do estágio na Embrapa.

À Embrapa Meio Ambiente pelo auxílio financeiro, oriundo de atividade de pesquisa de responsabilidade da professora Lucimar Santiago de Abreu. Esse auxílio foi crucial para a viabilização do desenvolvimento da pesquisa de campo.

À professora Marta Cristina Marjotta-Maistro pelas sugestões e participação nas bancas de qualificação e defesa.

À equipe, professores e colegas do PPGADR.

Especialmente aos agricultores familiares e técnicos que participaram e que são motivação deste trabalho.

SUMÁRIO

	Página
ÍNDICE DE QUADROS	I
ÍNDICE DE FIGURAS	li
RESUMO.....	lii
ABSTRACT.....	lv
CAPÍTULO 1. O contexto geral.....	02
CAPÍTULO 2. A contribuição da literatura para o entendimento das políticas públicas.....	05
2.1. Balanço geral das políticas públicas para agricultura familiar.....	05
2.2. PAA e PNAE.....	10
2.3. PNATER: A trajetória e a conjuntura atual.....	14
2.4. Organizações sociais e a agricultura familiar.....	18
CAPÍTULO 3. Contexto local da pesquisa.....	21
3.1. Vale do Ribeira.....	21
3.2. A pesquisa: questões centrais	26
3.3. Metodologia.....	26
CAPÍTULO 4. Resultados e discussão.....	29
4.1. Trajetória em relação à experiência na produção familiar.....	29
4.2. Tipologia predominante dos sistemas produtivos da região do estudo.....	32
4.3. Percepção dos agricultores e técnicos sobre o PAA e o PNAE.....	34
4.4. Percepção dos agricultores e técnicos sobre a assistência técnica e extensão rural.....	39
4.5. Percepção dos agricultores e técnicos sobre organizações sociais.....	45
CAPÍTULO 5. Considerações finais.....	56
6. LITERATURA CITADA.....	63
APÊNDICES.....	68

ÍNDICE DE QUADROS

	Pag.
Quadro 1. Principais leis e decretos relacionados à produção familiar e a políticas públicas entre os anos de 1996 - 2012.....	8
Quadro 2. Perfil social e produtivo dos sujeitos entrevistados.....	30
Quadro 3. Total de agricultores e estimativa de acesso.....	37
Quadro 4. Participação dos agricultores em organizações sociais.....	46

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1. Etapas de operação do PAA	12
Figura 2. Etapas de operação do PAA	14
Figura 3. Localização da região do Vale do Ribeira entre os estados de SP e PR.....	22
Figura 4. Vale do Ribeira Paulista com para suas sub-regiões.....	24
Figura 5. Vale do Ribeira Paulista com municípios da pesquisa destacados.....	24
Figura 6. Distribuição sobreposta dos sistemas de produção entre Unidades de produção familiar nas áreas de estudo.....	34
Figura 7. Distribuição do acesso aos programas pelos agricultores da pesquisa.....	35

PERCEPÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES E TÉCNICOS SOBRE MERCADO INSTITUCIONAL NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO VALE DO RIBEIRA

Autor: TIAGO TOMAZ GOMES

Orientador: Profa. Dra. LUCIMAR SANTIAGO DE ABREU

RESUMO

A agricultura familiar é um segmento social e econômico de importância estratégica para o país, uma vez que assegura parte essencial da alimentação da sociedade brasileira. Recentemente foi construído um conjunto de políticas direcionadas à agricultura familiar brasileira. Dentre essas políticas encontra-se o denominado mercado institucional de alimentos da agricultura familiar (PAA e PNAE) também aplicadas à região do Vale do Ribeira. Diante desse contexto o objetivo da pesquisa é o de analisar as percepções de atores-chaves a respeito desses dois programas da política pública, sobre as suas relações com a ATER e também com suas organizações sociais. Buscou-se identificar, caracterizar e descrever os impactos principais decorrentes do acesso ao PAA e PNAE. Adotou-se a abordagem qualitativa oriunda da sociologia compreensiva, que guiou a construção das entrevistas semiestruturadas e a análise do material. Os resultados mostram que as políticas públicas estudadas têm potencial para impactar positivamente a realidade desses agricultores, mas apresentam limitações quanto ao alcance do público-alvo (agricultores familiares da região da área do estudo), devido especialmente à falta de informação e compreensão do funcionamento operacional das mesmas, além de ficar clara a necessidade de assistência técnica qualificada e de melhoria nas práticas associativistas e cooperativistas para obtenção de melhores resultados.

Palavras-chave: Políticas públicas; Desenvolvimento rural; Agroecologia.

PERCEPTIONS OF FAMILY FARMERS AND TECHNIQUES ON THE INSTITUTIONAL MARKET IN THE DEVELOPMENT OF FAMILY FARMING IN THE RIBEIRA VALLEY

Author: TIAGO TOMAZ GOMES

Adviser: Profa. Dra. LUCIMAR SANTIAGO DE ABREU

ABSTRACT

Family farming is a social and economic segment of strategic importance for the country, since it ensures an essential part of the Brazilian society's food supply. Recently a set of policies directed to the Brazilian family agriculture was constructed. Among these policies is the so-called institutional food market of family agriculture (PAA and PNAE) also applied to the Ribeira Valley region. In this context, the objective of the research is to analyze the perceptions of key actors regarding these two public policy programs, their relations with ATER and also with their social organizations. It was sought to identify, characterize and describe the main impacts resulting from access to PAA and PNAE. We adopted the qualitative approach from the comprehensive sociology, which guided the construction of the semi-structured interviews and the analysis of the material. The results show that the public policies studied have the potential to positively impact the reality of these farmers, but they present limitations on the reach of the target population (family farmers in the region of the study area), especially due to the lack of information and understanding of the operational the need for qualified technical assistance and improvement in associative and cooperative practices to obtain better results.

Keywords: Public policies; Rural development; Agroecology.

CAPÍTULO 1.

1.1. O contexto geral

A agricultura familiar é um segmento social e econômico de importância estratégica para o Brasil, tendo papel central na segurança alimentar, na conservação ambiental, na geração de emprego e renda em áreas rurais. Mesmo com essa relevância, historicamente o setor da agricultura familiar não foi atendido pelas políticas agrícolas governamentais. Isso começou a mudar com mais consistência na década de 1990, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e de outras políticas públicas específicas para o setor nas décadas seguintes.

Dentre essas políticas se destacam a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), além das direcionadas a compra institucional da agricultura familiar. Sobre estas últimas, na esfera federal, dois programas são implantados em

maior escala, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse processo ocorre em todo o país em localidades que tem a presença de agricultura familiar, sendo um desses locais a região do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, um território com índices baixos de desenvolvimento econômico e social, mas com uma expressiva riqueza ecológica e sociocultural, diretamente relacionada à forma de ocupação humana da região (ABREU, 2005).

A escolha do universo da pesquisa teve como critério orientador a diversidade agrícola (sistemas de produção) e heterogeneidade social, econômica e ecológica. Assim, na ocasião da operacionalização da pesquisa foram realizadas diversas visitas e entrevistas para levantar informações, documentos para compreensão das múltiplas dimensões e inclusive da história do desenvolvimento da região e a análise da complexidade da situação atual.

O objetivo da pesquisa foi o de analisar as percepções de atores chaves a respeito desses dois programas da política pública, sobre as suas relações com a ATER e também com suas organizações sociais. Para tanto, foram realizadas entrevistas qualitativas (roteiro semiestruturado) com agricultores e técnicos para captar e compreender suas opiniões sobre esse tema e, igualmente buscou-se identificar, caracterizar e descrever o desenvolvimento da Agricultura Familiar no Vale do Ribeira, os impactos principais decorrentes do acesso ao PAA e PNAE. Adotou-se a abordagem qualitativa, aliada aos ensinamentos da sociologia compreensiva como método de coleta e análise dos dados.

Os resultados mostram que os programas têm potencial para impactar positivamente a realidade desses agricultores, mas também apresenta limitações quanto ao alcance do público alvo (agricultores familiares), uma vez que muitos destes agricultores não tiveram a oportunidade de participar dos programas devido à falta de compreensão do funcionamento operacional do processo, além de ficar clara a necessidade de uma assistência técnica no campo da agroecologia e desenvolvimento rural sustentável para obtenção de melhores resultados. Sobre os serviços de ATER, assim como em relação às

organizações sociais onde os sujeitos da pesquisa estão diretamente envolvidos, ficou evidente que apesar dos resultados insatisfatórios, em ambos os casos, os agricultores e técnicos entendem essas duas dimensões como essenciais na melhoria e no desenvolvimento de suas atividades.

Neste trabalho, inicialmente apresenta-se algumas das principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar no Brasil, posteriormente orienta-se o foco para a discussão dos programas PAA, PNAE, e da PNATER. É feito um resgate das trajetórias até o momento atual, das questões relacionadas à organização social comum à agricultura familiar, seguida da caracterização do local e da metodologia da pesquisa. Posteriormente apontam-se os resultados e a discussão. Finalmente, apresenta-se as considerações finais e um conjunto de recomendações para o aperfeiçoamento dos programas PAA e PNAE.

CAPÍTULO 2.

A contribuição da literatura para o entendimento das políticas públicas.

O objetivo do capítulo 2 é o de apresentar o balanço geral das políticas públicas para agricultura familiar, destacando o papel das políticas de compra institucional, especificamente dos dois programas federais denominados PAA e o PNAE. Em seguida, se discute a PNATER e as questões associadas à organização social dos produtores familiares. Essa discussão é realizada a partir da revisão da literatura sobre o assunto.

2.1. Balanço geral das políticas públicas para agricultura familiar

A agricultura familiar é um segmento social e econômico de importância estratégica para o Brasil. Representada por um universo de quase 4,5 milhões

de estabelecimentos (IBGE, 2006) que obtém a subsistência de suas atividades produtivas, sendo responsável pela produção da maior parte dos principais gêneros alimentícios consumidos pela população brasileira como, mandioca, feijão, leite, carne suína, ovos, legumes, frutas, entre outros (IBGE, 2006), exercendo papel fundamental para a segurança e soberania alimentar das populações rurais e da sociedade brasileira. A agricultura familiar ainda emprega 79% dos trabalhadores da agricultura brasileira, gerando renda média de R\$ 677,00/hectare ocupado, apresenta eficiência econômica elevada em comparação ao setor da agricultura não familiar, que gera uma renda média de R\$ 358,00/hectare (IBGE, 2006).

Destaca-se como outro fato de extrema importância, dada à crise ambiental de proporções globais que enfrenta a humanidade, a capacidade de preservação e uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade encontrada na agricultura familiar. A literatura especializada enfatiza que, sob o prisma da sustentabilidade (estabilidade, resiliência e equidade), são muitas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, devido à sua ênfase na diversificação e na maleabilidade de seu processo decisório, acrescentando outros atributos como, uso de insumos internos, ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida, que evidenciam uma forma produtiva mais ecológica na agricultura familiar (ABREU, 2005; VEIGA, 1996).

Desde o início do processo de ocupação do território brasileiro, a agricultura familiar é parte crucial das atividades produtivas do país. Todavia, ao longo de todo período imperial, e também nos períodos subsequentes, este tipo de agricultura não recebeu praticamente nenhum apoio governamental para se desenvolver adequadamente (MATTEI, 2014).

O período entre as décadas de 1960 e 1990 não foi diferente, com as políticas agrícolas privilegiando os setores mais capitalizados da agricultura. Segundo Delgado (2001), com a articulação pela União do Sistema Nacional de Crédito Rural, a partir de 1965, ocorre uma reorientação das políticas agrícolas por produto (álcool, café, trigo, cacau etc.), e o fortalecimento das

estruturas fomentadoras da produtividade e funcionalidade do crescimento capitalista no setor. Em todo este período houve um estímulo a adoção de pacotes tecnológicos da "Revolução Verde", então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura.

Em que pese os resultados positivos em termos de aumento da produção e geração de divisas, não são poucos os autores que citam o caráter seletivo deste conjunto de instrumentos de política agrícola. Produtos, produtores e regiões foram privilegiados neste processo (GRISA, 2012).

Para a agricultura familiar o resultado do período anterior à década de 1990 foi negativo, já que ela permanece à margem dos benefícios e da construção dessas políticas. Foi somente em meados desta década que os agricultores familiares, tornaram-se público das políticas públicas brasileiras. Até então, não existiam políticas com abrangência nacional, voltadas ao atendimento específico deste segmento social (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).

Essa nova trajetória para a agricultura familiar é iniciada, também, por influência da redemocratização e pela constituição de 1988, que através dos conselhos gestores de políticas setoriais e das políticas gerais de desenvolvimento, nas diversas esferas governamentais, estimula novos espaços de participação social e reconhece direitos sociais (MATTEI, 2014).

Dois processos ocorrem no período entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 que potencializam essa mudança de abordagem e interferem nos rumos do desenvolvimento rural no Brasil, principalmente na esfera governamental. Segundo Mattei, Cazella & Schneider (2004), de um lado as reivindicações protagonizadas pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), que já em 1984 começaram a ter voz quando das discussões referentes à Constituição que foi promulgada em 1988,

ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de noventa. Por outro lado, estudos realizados conjuntamente pela FAO/INCRA definiram com maior precisão conceitual a agricultura familiar estabelecendo um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares. Sabe-se que esses estudos serviram de base para as primeiras formulações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A criação do PRONAF, no ano de 1996, é um marco fundamental no processo de estabelecimento de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Essa importância se deve, pois representou uma ruptura com a já contextualizada negligência histórica por parte do Estado brasileiro com o setor da agricultura familiar. O que ocorreu nos anos seguintes foi o surgimento de um amplo aparato legislativo (Quadro 1), que impactou especificamente no segmento da agricultura familiar.

Quadro 1. Principais leis e decretos relacionados à produção familiar e a políticas públicas entre os anos de 1996 - 2012.

Marco legal	Descrição
Decreto nº 1.946, de 28/07/1996	Criação do PRONAF: Representa a legitimação, por parte do Estado brasileiro, de uma nova categoria social, desencadeando a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural.
Decreto nº 3.338 de 14/01/2000	Cria o Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Lei nº 10.696, de 02/07/ 2003.	Artigo 19 – Cria o Programa de Aquisição de Alimentos.
Decreto nº 5.033, de 05/04/ 2004.	Regulamenta a estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Lei nº 11.326 de 24/07/ 2006	Lei da Agricultura Familiar: Reconhece a categoria social e estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas para este

	grupo social.
Decreto nº11. 503 de 25/02/2008	Institui o Programa Territórios da Cidadania: Busca promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, através da universalização de programas básicos de cidadania, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.
Lei nº 11.947/2009 – PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.	Determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.
Lei nº 12.188, de 11/01/2010.	Cria a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER.
Decreto nº 7.794, de 20/08/2012	Instituí a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica.

Fonte: Pesquisa documental, adaptado pelo autor.

Dentre as políticas públicas criadas estão à política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e as políticas públicas de compra institucional de alimentos. No primeiro caso a política tenta, através de uma nova abordagem do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), atender o universo da agricultura familiar, superando os modelos obsoletos praticados nas décadas anteriores à política. No segundo caso, estas políticas garantiram que instituições públicas fossem compradoras de alimentos de agricultores familiares, atuando em problemas habituais da produção e comercialização agrícola familiar como, os baixíssimos preços recebidos pela produção, a falta de um planejamento produtivo em função da inexistência de uma demanda prévia de produtos e a garantia de compra da produção.

É evidente a importância e necessidade dessas políticas públicas, pois através delas, por meio da melhoria dos processos produtivos e comerciais, da geração de renda e trabalho que se pode alavancar o desenvolvimento humano e dos espaços rurais de uma maneira abrangente e sustentável.

2.2. PAA e PNAE

No contexto das políticas públicas de compra institucional, dois programas federais se destacaram o PAA e o PNAE. Segundo Schmitt et al. (2008), esses programas se destacam nacionalmente em termos geográfico e social.

Criado em 2003, o PAA foi concebido no bojo de um grupo de políticas estruturantes do Programa Fome Zero, sendo uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Instituído pelo Art. 19 da Lei Nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentada por diversos decretos, sendo que, o que está em vigência, é o Decreto Nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

O PAA promove a aquisição de alimentos dos agricultores familiares, destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendida por programas sociais, além de facilitar o processo de comercialização no âmbito local. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, com dispensa de licitação, estimulando a agregação de valor à produção (BRASIL, 2017).

O objetivo imediato do PAA é a aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar na hora oportuna, por preço compensador, trazendo

segurança e incentivo para os pequenos agricultores, que passam a planejar suas atividades pela perspectiva de um horizonte maior de previsibilidade, visando elevar o padrão de vida do agricultor e de sua família, e promovendo o desenvolvimento sustentável nas áreas menos assistidas do meio rural (CONAB, 2013).

O público que pode acessar o programa são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). A DAP é um documento que reconhece legalmente os agricultores familiares (DAP Física) e suas organizações (DAP Jurídica) para acessar programas e políticas públicas, entre as quais, o PAA e o PNAE.

O PAA é executado com recursos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O programa possui cinco modalidades de operação que podem ser acessadas individualmente ou através das organizações dos agricultores, todas com limite anual de até R\$ 8.000,00/família. O fornecimento de produtos orgânicos é privilegiado, sendo possível incluir até 30% a mais do que o valor pago para o alimento convencional. A Figura 1 apresenta de forma simplificada as etapas de operação do PAA.

Figura 1. Etapas de operação do PAA



Fonte: PAA - orientações e marco legal, MDS. Adaptado pelo Autor.

O PNAE, popularmente conhecido como merenda escolar, é um programa gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ligado ao Ministério da Educação (MEC) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos.

O Programa tem sua origem no início da década de 1940, não sendo concretizado, por indisponibilidade de recursos financeiros. Na década de 1950, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição.

É nele que, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública. Passando por várias modificações e decretos, ganhando somente em 1979 o nome PNAE (BRASIL, 2017).

Com promulgação da Constituição Federal de 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar aos alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar oferecido por governos federal, estadual e municipal. O programa continuou passando por alterações e aprimoramentos. Até que em 2009, com a sanção da Lei Nº 11.947, de 16 de junho, o PNAE é estendido para toda a rede pública de educação básica. É também através dessa lei que surge o vínculo institucional entre o programa e a agricultura familiar. O artigo 14 da lei garante que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE deverão ser investidos na aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar (BRASIL, 2017).

O FNDE, através de diversas resoluções regula o programa e sua relação com a agricultura familiar. Atualmente são priorizados os grupos de agricultores organizados socialmente, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, nas chamadas públicas para aquisição da merenda escolar. É definido que o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE é de R\$ 20.000,00/ano por entidade executora. A Figura 2 apresenta de forma simplificada as etapas de operação do PNAE.

Figura 2. Etapas de operação do PNAE



Fonte: Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, FNDE. Adaptado pelo Autor.

2.3. PNATER: A trajetória e a conjuntura atual

O surgimento dos primeiros serviços de ATER no Brasil se situa em finais da década de 1940, e tem como marco a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), no estado de Minas Gerais, em 1948. A ACAR, entidade civil sem fins lucrativos, foi estruturada de acordo com o modelo norte-americano de difusão de inovações, que basicamente atribuía à extensão rural a missão de oferecer assistência técnica e financeira a produtores rurais para que adotassem as inovações tecnológicas desenvolvidas em institutos de pesquisa agrícola. Em outras palavras, a função dos institutos de extensão rural era servir de interlocutor entre os agricultores e as instituições geradoras de inovação para a agropecuária (CASTRO & PEREIRA, 2017).

Este período, de acordo com Rodrigues (1997), é denominado de humanismo assistencialista, prevalecendo desde a origem da extensão rural no Brasil, em 1948, até a primeira metade da década de 1960. Este autor releva que neste período o Estado brasileiro ainda não despertara para o potencial produtivo da agricultura em termos de capitalização e do uso intensivo de tecnologia, deixando o serviço de extensão rural à vontade para desempenhar as suas atividades no meio rural de acordo com os princípios que lhe deram origem, à imagem e semelhança da experiência norte-americana. Ainda assim, estas atividades conformavam um conjunto de práticas que certamente convinham à legitimação do Estado no meio rural, onde a sua presença direta não se fazia muito regular.

Neste período diversas instituições de ATER foram criadas em outros estados brasileiros. Essas instituições seguiam o modelo da ACAR de Minas Gerais e ofereciam assistência técnica no meio rural, elaborando projetos de desenvolvimento agrícola para os produtores conseguirem acesso ao crédito rural subsidiado (CASTRO & PEREIRA, 2017). Segundo Oliveira (1999), no fim da década de 1950, os serviços de ATER já se encontravam presentes na metade dos estados brasileiros, estando presentes em todos os estados das regiões Sudeste e Sul e expandindo-se para os estados do Nordeste (Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba) e Centro-Oeste (Goiás).

Essa expansão pelo território nacional propiciou a institucionalização efetiva de um serviço de ATER no país, que passou a ser coordenada, em 1956, pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), uma entidade de caráter privado que congregou todas as ACARs seguindo um modelo centralizado e vertical de orientação (OLIVEIRA, 1999).

Com o crescimento dessas instituições, o Estado brasileiro foi trazendo, aos poucos, para sua esfera de influência e controle os serviços de ATER, oferecendo apoio financeiro e exigindo em troca apoio ao seu projeto de desenvolvimento rural, culminando, em 1975, com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) (CASTRO & PEREIRA, 2017). Esta incorpora a ABCAR e as instituições estaduais de ATER

que passam a denominar-se de Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), sendo subordinadas ao controle da EMBRATER. É também neste período, em 1974, que é criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que atua na geração de tecnologia, caberia, a partir de então, à EMBRATER a difusão tecnológica no meio rural brasileiro.

Neste contexto a EMBRATER se constituiu num poderoso instrumento de política agrícola, atuando de forma centralizada e vertical, servindo para aprofundar o processo de modernização das atividades agropecuárias e sua consequente subordinação aos complexos agroindustriais (Caporal, 1998 apud Oliveira, 1999). O modelo de extensão rural deste período é amplamente denominado na literatura como difusionista. Tendo como essência em suas relações a vinculação dos agricultores aos mercados de financiamento, de insumos e de comercialização.

Esta conjuntura se mantém pouco alterada até o final da década de 1980, onde, após a extinção da EMBRATER, em 1989, e a crise fiscal generalizada nos estados brasileiros nas décadas de 1980 e 1990, a oferta de ATER por instituições públicas se reduziu drasticamente.

Este processo é mais prejudicial aos agricultores familiares, já que os médios e grandes agricultores têm melhores condições de acesso a outros serviços de ATER (empresas de consultoria, revendas de produtos agrícolas, multinacionais de insumo, que gradativamente ocuparam o vazio deixado pela redução da oferta de ATER pelas instituições públicas), o que não acontece na mesma intensidade entre os agricultores familiares, dependentes em maior medida dos serviços de ATER pública (CASTRO & PEREIRA, 2017).

Este cenário, onde as demandas do segmento da agricultura familiar continuavam negligenciadas pelo Estado, estimula intensas pressões do movimento sindical rural e do movimento pela reforma agrária entre o fim da década de 1980 e o início da década de 1990, ocorrendo várias mobilizações e conflitos no campo, pressionando o governo federal a cumprir o seu papel e

suas metas de assentamento e a responder as demandas do setor, o que culminou, após algumas outras políticas públicas menos significativas na criação do PRONAF em 1995. (PETTAN, 2010).

O principal objetivo do PRONAF é oferecer crédito agrícola a taxas subsidiadas para investimento e custeio para diversos tipos de agricultores enquadrados no segmento familiar. Apesar de o PRONAF atender a uma demanda reprimida dos agricultores familiares por crédito, diversas outras demandas desse segmento não foram atendidas, entre elas o acesso a serviço de assistência técnica específica para esse público (PETTAN, 2010).

No começo dos anos 2000, o debate político em torno do desenvolvimento rural brasileiro ressurgiu, trazendo consigo a questão da ATER. A primeira consequência prática desse ressurgimento foi à transferência da competência para lidar com a ATER pública do então Ministério da Agricultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2003. Em 2003, o governo federal apresentou a proposta da PNATER. Essa política foi elaborada com a participação de organizações governamentais e não governamentais de ATER e incluiu como princípios orientadores o conceito de desenvolvimento sustentável, as noções de igualdade de gênero e étnicas e a importância da inclusão da sociedade civil no seu desenvolvimento como requisito para o seu sucesso. A PNATER ganhou força de lei com a publicação da Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010. (CASTRO & PEREIRA, 2017).

Os objetivos da PNATER mostram claramente uma guinada com relação a práticas anteriores dos serviços de ATER pública. Alguns objetivos que demonstram isso são: Promover o desenvolvimento rural sustentável; Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais; Desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade; Construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional; Apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; Promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações

tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional; Contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

2.4. Organizações sociais e a agricultura familiar

No universo da agricultura familiar é comum a presença de instituições coletivas e representativas dos agricultores, é através delas que comumente é feita a representação política, e através da qual suas demandas, cujos teores são de natureza múltipla (falta de conhecimento técnico sobre manejo, práticas agrícolas, e muitas vezes questões associadas à comercialização da produção familiar) são encaminhadas. As principais figuras jurídicas que representam agricultores são as associações e cooperativas.

No contexto rural, a ideia do associativismo aparece relacionada ao processo de formação da classe trabalhadora. Para Dalfovo et al. (2010), o associativismo rural surgiu para integrar pessoas, com a finalidade de melhorar as condições de vida e os direitos dos cidadãos, propondo soluções para fortalecimento dos projetos em que os associados se vejam como sujeitos coletivos ativos.

Segundo Lisboa & Bonassi (2003), as estratégias associativas estarão coligadas com os pressupostos de uma ordenação social de mercado, pois se apresentam aos produtores como instrumento estratégico importante para o fortalecimento econômico e político. Podendo assim favorecer a superação do isolamento e, também, mediar relações de interesse (comerciais, políticas e outras) com os outros agentes econômicos e institucionais.

Segundo Sangalli (2015), o associativismo, tem por essência proporcionar benefícios técnicos, profissionais, econômicos e sociais a determinados grupos de indivíduos que expressam interesses homogêneos. A finalidade de uma associação, portanto, consiste em relacionar, de maneira democrática, os agentes com objetivos comuns, independente de quais eles forem. Com relação ao cooperativismo, a autora afirma que a cerne reside na melhoria das condições econômicas dos produtores, principalmente aqueles em que o nível de produção se caracteriza por escala reduzida.

Essas entidades podem ser entendidas como mecanismos de minimização de empecilhos ao crescimento das atividades agrícolas. Ao possibilitarem crescimento da renda e, por conseguinte, uma série de efeitos de encadeamento diretos e indiretos, em diversas atividades, ambos podem contribuir com a dinamização do sistema econômico, fenômeno essencial ao desenvolvimento. (SANGALLI, 2015)

Além das associações e cooperativas, são exemplos de organizações coletivas que ocupam o espaço rural os sindicatos, movimentos sociais diversos e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), esse último estabelece uma relação próxima com a agricultura familiar. Essa tendência é evidenciada na contribuição de Abramovay (2001), que ressalta que os conselhos municipais são inovações institucionais e que se estruturam de modo a incorporar representantes da sociedade civil e do Estado, inclusive aquelas categorias e grupos sociais que antes estavam excluídos do espaço público institucional e do debate com os representantes do Estado.

Nos últimos anos, surgiu outro tipo de característica de funcionamento institucional que fortaleceu as ações coletivas e se destacou pelo importante apoio desempenhado junto às organizações sociais da agricultura familiar. Trata-se da vinculação do acesso a políticas públicas destinadas a agricultura familiar à participação dos agricultores em organizações e coletivos, assim ganham importância especialmente associações e cooperativas. Esse é o caso dos programas PAA e PNAE, e é também um dos objetivos da PNATER. Mesmo os CMDR são instituídos muitas vezes em função de uma exigência da

linha infraestrutura do PRONAF, que só pode ser acessada por um município que possua um Plano de Desenvolvimento Rural aprovado pelo CMDR (BRASIL, 1996).

A ATER abrange praticamente todas as dimensões da atividade agrícola e, portanto, ela é fundamental para pensar o desenvolvimento rural de uma forma efetiva, sendo assim, coloca também algumas questões: Como são operacionalizados, nos locais estudados, os serviços de ATER e como os agricultores, que são os beneficiários diretos, percebem esse processo?

Por fim, havendo um aumento da participação e da importância desse tipo de organização nos espaços institucionais, assim como no acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, emergem alguns questionamentos: Como atuam as organizações sociais que representam a agricultura familiar, no território da pesquisa e como os agricultores percebem isso? E como essas organizações interagem e funcionam nos casos do PAA, PNAE e da PNATER?

Por serem políticas públicas e programas relativamente recentes, a compreensão e as análises dos processos de implantação e operacionalização são ainda pouco evidenciadas, mais ainda, é importante destacar como os programas são percebidos pelos agricultores beneficiários e técnicos agentes de desenvolvimento. Portanto é de grande importância mensurar e qualificar os impactos sociais e econômicos gerados, dando assim, subsídios para melhoria e continuidade de ações. Esse conjunto de questões será desenvolvido no capítulo, onde se apresenta a discussão e resultados da pesquisa.

CAPÍTULO 3.

Contexto local da pesquisa

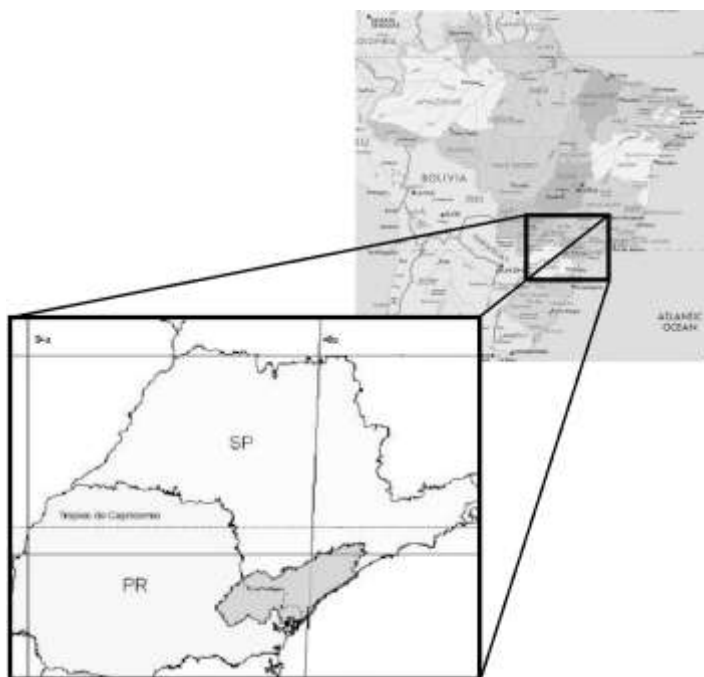
Nesse capítulo 3, será apresentado o contexto local da pesquisa, o desenvolvimento da região e a metodologia da pesquisa.

3.1. Vale do Ribeira

O Vale do Ribeira é uma região localizada ao sul do estado de São Paulo e a leste do estado do Paraná, abrangendo o território da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá (Figura 3). A região possui área de 2.830.666 hectares (28.306 km²), sendo 1.119.133 hectares no Paraná e 1.711.533 hectares em São Paulo, correspondendo a respectivamente 39,5% e 60,5% em

relação à área total da Bacia (ISA, 2008). A principal via de acesso à região é a Rodovia Régis Bittencourt (BR -116), que liga os estados e as capitais de São Paulo e Paraná.

Figura 3. Localização da região do Vale do Ribeira entre os estados de SP e PR.



Fonte: Sistema de informações territoriais, MDA. Adaptado pelo Autor.

Apesar de sua localização privilegiada, entre duas grandes metrópoles, a região é considerada a mais pobre dos Estados nos quais se insere, seja pelos indicadores socioeconômicos ou de qualidade de vida, fruto de uma situação histórica de abandono por parte do estado e do governo federal (SEMA, 1997). O local apresenta um baixo índice de desenvolvimento, tendo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de algumas cidades (Ribeira, Itaoca e Barra do Chapéu) com valores (0,678, 0,650 e 0,646 respectivamente) abaixo de regiões brasileiras tidas como pobres, como a região Nordeste (0,684) e Vale do Jequitinhonha/MG (0,680) (PNUD, 2011).

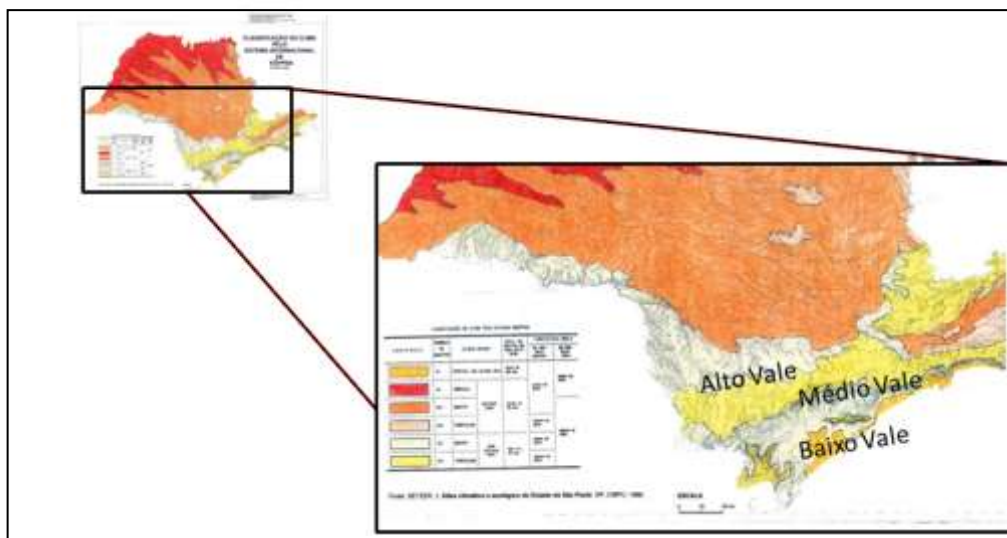
O Vale do Ribeira integra a Reserva da Biosfera, é considerado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como patrimônio da humanidade, sendo reconhecido

internacionalmente por abrigar, o maior remanescente de Mata Atlântica preservada do Brasil, sendo que, dos 7% que restam deste bioma em território nacional, 21% estão localizados na região (ISA, 2008).

Outro atributo da região é a forte presença de população rural. O Vale do Ribeira conta com uma população total de 443.231 habitantes, sendo 25,9% de população rural (IBGE, 2010). Segundo a Fundação SEADE (2013), a taxa da população rural na porção paulista do Vale do Ribeira, no ano de 2010, era de 28,6% contra 4,1% no restante do estado. Estes dados destacam a elevada importância do espaço rural na região em relação a outros locais. Outro dado que releva essa importância é a participação do setor agropecuário na economia, com uma taxa de 14,18% contra apenas 2,11% para o restante dos municípios do estado de São Paulo (SEADE, 2013).

O Vale do Ribeira pode ser geomorfologicamente dividido em sub-regiões Baixo, Médio e Alto Vale (Figura 4). O Baixo Vale apresenta características voltadas ao ambiente litorâneo, tendo como limite a cidade de Eldorado; o Alto Vale, características voltadas à região do planalto, tendo como limite a cidade de Ribeira; e o Médio Vale, apresenta características reunidas considerando variáveis litorâneas e planálticas, sendo um misto de ambas (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1998). Essa diferenciação é válida também para aspectos ecológicos, históricos, sociais e econômicos e, é naturalmente reconhecida pela população da região. Há, porém, uma lacuna na literatura no que se refere à descrição das três sub-regiões.

Figura 4. Vale do Ribeira Paulista com para suas sub-regiões.



Fonte: Setzer, 1996. Adaptado pelo Autor.

No que se refere ao campo de estudo desta pesquisa, buscou-se captar a diversidade mencionada de três sub-regiões. Neste sentido, a pesquisa de campo foi conduzida nos seguintes municípios: Apiaí e Barra do Chapéu (Alto Vale); Eldorado e Sete Barras (Médio Vale); Cananéia (Baixo Vale), todos na porção paulista do Vale do Ribeira (Figura 5).

Figura 5. Vale do Ribeira Paulista com municípios da pesquisa destacados.



Fonte: Sistema de informações territoriais, MDA. Adaptado pelo Autor.

O perfil geral da população rural na região é heterogêneo, e composto pela diversidade social, econômica e cultural da categoria agricultores familiares, representados em sua maioria por agricultores tradicionais, presentes em todo o território; entre os quais, quilombolas (ABREU, 2005) ¹, e vivem em maior concentração no Médio Vale nos municípios de Iporanga e Eldorado; caiçaras, no Baixo Vale; além de indígenas, ribeirinhos, assentados e ainda pequenos agricultores de variadas origens, que estão há várias gerações no território.

A produção nessas localidades é em grande parte de subsistência e convive com a produção convencional de bananas e palmito pupunha, em escala comercial, no Médio Vale e com o cultivo de *Pinus* e a produção convencional de tomate, em escala comercial, no Alto Vale. A dificuldade de comercialização é um dos problemas mais relevantes enfrentados pelos agricultores familiares da região. Há casos que, em grupo ou individualmente, se consegue escoar a produção, isso aconteceu ao longo do tempo quase que exclusivamente através de atravessadores, que praticam preços muito baixos, além de não haver nenhuma garantia de compra da produção. Apesar destes atravessadores ainda serem operantes na compra da produção agrícola familiar, nos últimos anos os agricultores familiares da região tiveram acesso aos programas de compra institucional PAA e PNAE, que, ao realizarem a compra direta trazem uma nova experiência para esses agricultores e comunidades.

¹A autora mostra que os “debates sobre os agricultores familiares sustentam-se em diferentes concepções teóricas e metodológicas cujas implicações sociais e políticas precisam ser reveladas. Uma razão importante desse debate está no fato de que é necessário conhecer ou reconhecer as diversas situações de funcionamento das unidades de produção. No capítulo 02 da obra, apresenta os aportes teóricos-metodológicos que subsidiam a discussão sobre sustentabilidade, percepção e representação social de risco ecológico, que são caracterizadas a partir da análise da diversidade das unidades de produção agrícola” (Abreu,2005).

3.2. A pesquisa: questões e metodologia

A avaliação de políticas públicas é um processo provedor de informações fundamentais para o entendimento quanto aos caminhos e resultados dessas políticas, sejam eles relacionados a situações e etapas intermediárias ou aos objetivos finais da política (COEHN & FRANCO, 1999).

Diante do contexto recente de acesso às políticas públicas de mercado institucional pelos agricultores familiares das localidades estudadas, surgiram as seguintes questões de pesquisa: Quais foram os impactos sociais e econômicos promovidos pelos programas de compra institucional PAA e PNAE entre os agricultores selecionados para a pesquisa? E ainda, quais são os acertos e falhas na operação dessas políticas na região? E especialmente como esses impactos positivos ou negativos são percebidos por atores locais (produtores e técnicos do desenvolvimento) participantes dos programas PAA e PNAE, e em que medida essas percepções interferem na condução e impactos dos programas. Por fim, como desdobramento, surge a pergunta: Como os agricultores do local percebem a relação do serviço de ATER e a importância de suas organizações sociais para acesso a essas políticas públicas?

3.3. Metodologia

Buscando atender aos objetivos da pesquisa foi adotada a abordagem qualitativa de pesquisa sociológica, baseada nos ensinamentos da denominada sociologia compreensiva de matriz teórica clássica, inspirada em Max Weber.

A construção das questões que compõem o roteiro, os temas abordados e por último, a interpretação dos dados teve como pressuposto o intuito geral

de captar, identificar e caracterizar as visões ou percepções dos atores locais (produtores e técnicos, especificamente) sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas de mercado institucional voltadas à agricultura familiar (ABREU, 2005).

Dentre os instrumentos de coleta de dados foram adotadas as entrevistas semiestruturadas aprofundadas, aplicadas em nove agricultores familiares e dois técnicos que integram o lócus da pesquisa. A observação participante, modalidade da pesquisa-ação, também integrou o conjunto de técnicas de pesquisa aplicadas neste trabalho. Esta última foi adotada em diversas visitas ao campo realizadas durante os anos de 2016 e 2017. Na operacionalização da pesquisa, as visitas e entrevistas tinham como objetivo, num primeiro momento, levantar informações e documentos para compreendermos o contexto histórico, social, econômico e ecológico do desenvolvimento da região, baseada na metodologia apresentada por Abreu, (2005).

A definição do local da pesquisa foi realizada a partir da experiência prévia do autor deste trabalho no acompanhamento e assistência técnica, em trabalhos de assessoria a produção agrícola, inserção da produção em mercados diversos e acesso às políticas públicas objetos desta pesquisa, prestado a agricultores, cooperativas e associações da agricultura familiar e orgânica na região do Vale do Ribeira.

A escolha do universo social e dos sujeitos que compõe a amostra da pesquisa teve como critério para seleção a heterogeneidade das situações da produção familiar, ou seja, os sujeitos da pesquisa deveriam representar de forma equilibrada a diversidade das condições sociais, econômicas, geográficas, ecológicas e produtivas da região (ABREU, 2005). Para captar essa situação foi necessário incorporar a amostragem, sujeitos que residiam nas três sub-regiões (Baixo, Médio e Alto Vale do Ribeira). No caso dos técnicos, o critério de seleção foi à experiência na prestação de serviços de ATER a agricultores familiares e suas organizações, além de experiência com apoio nos programas PNAE e PAA, portanto foram escolhidos os que

trabalhavam diretamente com agricultores familiares, agricultura orgânica e mercado institucional.

A partir de conceitos extraídos da revisão da literatura e especialmente da experiência em pesquisas precedentes da orientadora no Vale do Ribeira, dois roteiros de entrevistas semiestruturadas foram elaborados. O roteiro adaptado para os técnicos continham dez questões abrangendo os seguintes temas: histórico e trajetória de vida; experiência na agricultura familiar e orgânica; percepção sobre a assistência técnica, mercados institucionais, comercialização e políticas públicas. O roteiro elaborado para os agricultores continha vinte e duas questões abrangendo os seguintes temas: histórico e trajetória; produção e meio ambiente; percepção da profissão agrícola; mercados e comercialização; políticas públicas; organizações sociais.

Seguindo um acordo de datas previamente agendadas entre os sujeitos e o pesquisador foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas com os agricultores familiares e duas com técnicos, entre os meses de setembro de 2016 a julho de 2017. As entrevistas, gravadas em áudio com o consentimento dos sujeitos da pesquisa, foram transcritas e posteriormente analisadas.

A interpretação compreensiva da realidade onde se insere os agricultores e de suas percepções foi o método utilizado para análise. Para isso foram consideradas as influências dos diversos sistemas que atuam no comportamento e na ação humana: 1. Sociocultural (valores e normas morais); 2. O ambiente ecológico e da produção agrícola; 3. As práticas dos agricultores e as influências do Estado (condições para produzir, como é o caso da assistência técnica, e o papel das políticas públicas); 4. A dimensão econômica. Enfim, esses elementos influenciam mais ou menos fortemente o comportamento e ação desses agricultores e se interagem constituindo assim, o cenário da problemática estudada (ABREU, 2005). Buscou-se nos resultados e discussão, a partir do discurso e percepções dos entrevistados e da confrontação com a realidade, extrapolar o contexto particular em que se realizaram as entrevistas, se estabelecendo uma teoria interpretativa geral.

CAPÍTULO 4.

Resultados e discussão

4.1. Trajetória em relação à experiência na produção familiar

O início desta seção apresenta brevemente o perfil social dos entrevistados e caracteriza o sistema de produção e tecnologias utilizadas e a organização social do trabalho, com base nas entrevistas realizadas (Quadro 2). Em seguida é feita uma descrição analítica do processo de operacionalização do PAA e do PNAE nas localidades e como isso dialoga com a percepção dos entrevistados - agricultores e técnicos. Posteriormente é feita uma descrição analítica das experiências e percepções dos agricultores e dos técnicos sobre os serviços de assistência técnica e extensão rural. Por último é feita a discussão e análise das percepções dos entrevistados sobre as organizações sociais que pertencem ao universo estudado.

Quadro 2. Perfil social e produtivo dos sujeitos entrevistados.

Sujeito	Idade	Gênero	Escolaridade	Experiência técnica	Histórico Familiar e Pessoal	Local
1	52	M	Superior	Cadeias produtivas e economia rural. Agricultura familiar, de base ecológica, terceiro setor e políticas públicas de mercado institucional.	Origem urbana, técnico agrícola e engenheiro agrônomo. Opção por atuar em agricultura de base ecológica por considerar mais útil e por identificar-se filosoficamente	Vale do Ribeira
2	33	M	Superior	Trabalhou com populações indígenas. Atuação em cooperativismo e políticas públicas de geração de renda em comunidades tradicionais.	Militância política na graduação levou a questões de agricultura. Se aproxima do MST durante alguns anos. Estuda a questão indígena. Identifica-se como antropólogo.	Eldorado (médio vale)
3	49	F	Ensino médio técnico	Aprendeu produzir com os pais de forma tradicional. Experiência com produção convencional. Transição para produção orgânica realizada e sistemas agroflorestais. Pupunha. Trabalham na administração, comercialização e processamento. Produção feita pelos irmãos homens.	Família de origem portuguesa. Cinco gerações no mesmo local. Sempre trabalhando na agricultura.	Eldorado (médio vale)
4	43	M	Ensino médio incompleto	Aprendeu a produzir com os pais. Pouca experiência com agricultura convencional. Hoje é agricultor orgânico, possui baixo nível tecnológico. Principais produtos: Gado e hortaliças.	Nascido no Paraná, filho de agricultores baianos. Viveu um tempo no Pará, sempre como agricultor. É assentado há oito anos.	Apiá (alto vale)
5	62	M	Fundamental incompleto	Aprendeu cultivo tradicional com os pais. Aprendeu hortaliças com ex-patrão e amigos. Teve breve período como produtor orgânico. Principal produto: tomate convencional. Produz outras hortaliças e feijão convencional.	Nascido no quilombo São Pedro no médio vale. Foi ainda criança trabalhar no alto vale e fixou na região. Sempre agricultor.	Barra do Chapéu (alto vale)
6	56	M	Fundamental incompleto	Aprendeu cultivo convencional e mecanizado no Paraná. Depois aprendeu agricultura tradicional e coivara com família da esposa. Hoje cultiva arroz no sistema tradicional, pupunha e hortaliças orgânicas.	Origem do sul do Paraná. Está há 38 anos na comunidade atual. Casado com moradora tradicional do local. Sempre complementou renda vendendo diárias de trabalho manual.	Cananéia (baixo vale)
7	55	M	Superior incompleto	Aprendeu produzir sem agroquímicos com pai e avô, produção diversificada. Pai optou pela produção de banana convencional pela renda. Há anos vem fazendo a transição para produção orgânica, mas ainda não fez em toda sua área.	Toda a família habita há muitas gerações no local. Desconhece a origem.	Sete Barras (médio vale)
8	27	M	Ensino médio técnico	Trabalha na roça com o pai, com quem aprendeu, desde os 8 anos. Hoje trabalha com gado que gera renda na propriedade. O restante é para subsistência de forma convencional, mas com pouco insumo. Trabalha como diarista extraíndo resina e outros serviços.	Nascido no local. Saiu do município para cursar técnico em agropecuária e retornou para trabalhar na agricultura com a família.	Barra do Chapéu (alto vale)
9	54	M	Fundamental incompleto	Agricultura convencional, mecanização, posterior mudança para agricultura	Vindo do estado de Goiás. 35 anos em Cananéia. Família da	Cananéia (baixo vale)

				tradicional somada atualmente a técnicas de Agricultura de base ecológica. Produz pupunha e arroz.	esposa de agricultores tradicionais habita há gerações no local.	
10	63	M	Fundamental incompleto	Aprendeu com os pais e avós a agricultura tradicional. Trabalha até hoje neste sistema. É profundamente indignado com as restrições impostas pelos órgãos ambientais e esse tipo de técnica. Produção diversificada orgânica.	Família há gerações no local, onde nasceu. Teve períodos curtos de trabalho fora da agricultura, de onde considera que sempre tirou o sustento.	Cananéia (baixo vale)
11	47	F	Superior incompleto	Aprendeu produzir com os pais. Com sogro aprendeu a produzir tomate convencional. Trabalhou com feijão e hortaliças. Migrou para produção orgânica inicialmente com amoras pretas.	Toda a família do local. Bisavós italianas. Todos os filhos agricultores. Exerce cargo político há oito anos no município. Só parou as atividades na agricultura a menos de um ano.	Barra do Chapéu (alto vale)

Fonte: Pesquisa de campo, adaptado pelo autor.

Os entrevistados possuem uma diversidade alta com relação à idade. Variando de uma faixa etária de 27 anos (mais jovem) aos 63 anos (mais velho). Existe a predominância de pessoas do sexo masculino, sendo que entre os agricultores há sete homens e duas mulheres, e entre os técnicos dois homens. A escolaridade também é variada, sendo menor entre os três agricultores do Baixo Vale todos eles possuem apenas o ensino fundamental incompleto.

Por outro lado, observou-se que a experiência técnica desses agricultores é rica e diversa. Todos eles relatam que o principal aprendizado foi obtido com os pais. Alguns afirmam também que a formação técnica contribuiu sobremaneira para ampliar a experiência deles. Com exceção de um agricultor que atua no Alto Vale, todos tiveram experiência com produção orgânica, sendo que sete deles ainda permanecem fazendo esse tipo de manejo.

Na trajetória dos agricultores destaca-se a experiência com cultivo convencional, observada em todos os sujeitos da pesquisa. Os agricultores que produzem de forma orgânica afirmam que a experiência de ter produzido de forma convencional os sensibilizou para os riscos desse tipo de produção e os motivou à migração para o sistema orgânico de produção e, conseqüentemente possibilitou a permanência na unidade de produção. Dos nove agricultores entrevistados, quatro complementam a renda com trabalho externo. Dentre os

tipos de trabalhos externos que eles executam encontram-se o de venda de diárias fazendo serviço agrícola, trabalho na construção civil e exercício de cargo político. Os outros três agricultores obtêm a renda somente da agricultura, não exercendo nenhuma outra atividade extra. Todos os agricultores têm laços muito fortes com suas comunidades. Dos nove, somente três são naturais de outros estados, sendo que dois deles estão há mais de 30 anos na região, e o outro há 10 anos.

Todos os agricultores entrevistados participam de associação, cooperativa, sindicato ou ambos. Além disso, há um participante do conselho municipal de desenvolvimento rural e os três agricultores participantes do conselho do Parque Estadual que está no entorno da comunidade.

4.2. Tipologia predominante dos sistemas produtivos da região do estudo

Neste tópico apresenta-se uma caracterização das unidades de produção agrícola através de suas dimensões produtivas: área, tipo de culturas, práticas ambientais e emprego de técnicas na relação com a natureza. Essa apresentação se justifica uma vez que para o agricultor a definição de estratégias específicas apropriadas à realização do seu projeto pessoal e familiar, que dependerá da interação dos níveis de realidade material e ideológico (ABREU, 2005).

Sendo indispensável enumerar os diferentes sistemas de práticas agrícolas que efetivamente se reportam a um sistema específico de produção. A Figura 6 apresenta a sua distribuição na área estudada. Sendo os sistemas identificados:

1) Sistema agroflorestal diverso – (SAF) praticado com maior frequência no médio Vale, mas também sendo encontrado no baixo Vale do Ribeira, é

característico pela alta presença de espécies vegetais e biodiversidade no geral, pode ter uma ou mais espécies de interesse econômico, mas principalmente a banana e o palmito pupunha;

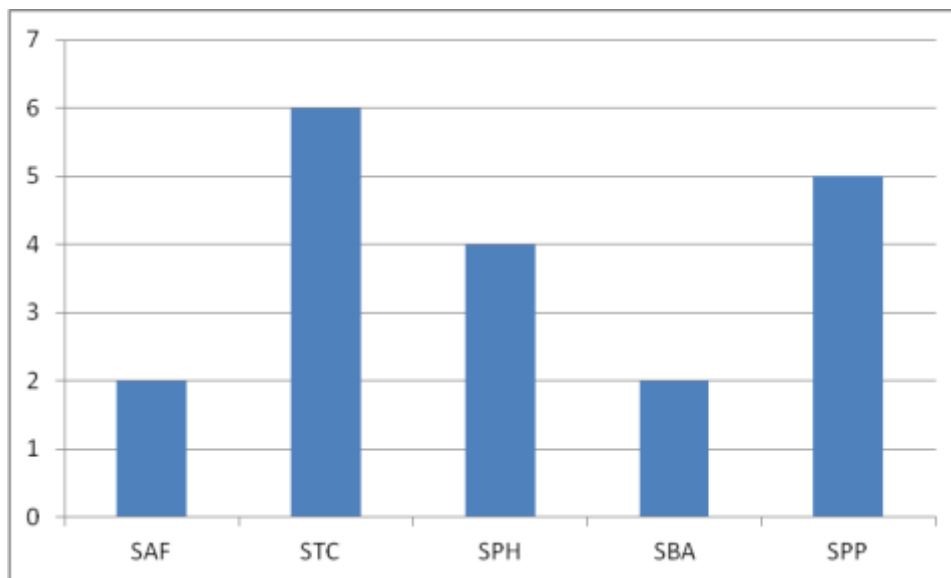
2) Área de produção em sistema tradicional coivara – (STC) caracterizada pelo manejo de corte e queimada, ocorre no baixo e médio Vale do Ribeira tendo como principais cultivos o arroz, feijão, milho e raízes. Vem sendo pouco usado devido às restrições impostas pelas leis ambientais, sendo apontados os agricultores que já praticaram;

3) Sistema de produção de hortaliças – (SPH) típica do alto Vale do Ribeira tem na produção do tomate convencional seu principal cultivo, mas apresenta alta variabilidade de produtos entre as áreas de produção dos agricultores, entre folhosas, legumes e algumas frutas. Pode estar sob manejo convencional ou orgânico;

4) Sistema de bananicultura – (SBA) monocultivo de banana, podendo estar sob manejo convencional ou orgânico ou agricultura orgânica e agricultura agroecológica e;

5) Sistema de produção de palmito pupunha – (SPP) monocultivo de palmito pupunha, podendo estar sob manejo convencional ou orgânico.

Figura 6. Distribuição sobreposta dos sistemas de produção entre Unidades de produção familiar nas áreas de estudo.



Fonte: Dados da pesquisa.

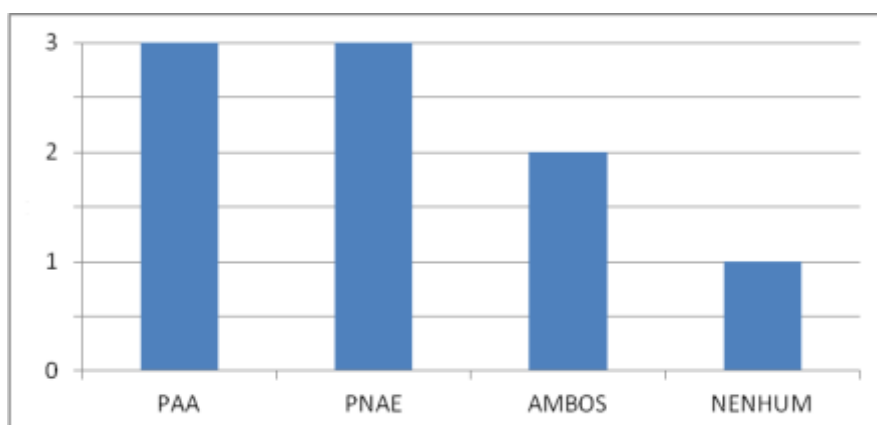
Quanto a serem cultivos convencionais ou orgânicos os sistemas dos agricultores estudados se dividem da seguinte forma: 4 agricultores com todo o manejo de produção orgânica, 4 agricultores com todo o manejo de produção convencional e 1 com ambas as formas paralelamente. Dos orgânicos, apenas 2 são certificados pela modalidade Organismo de Controle Social (OCS) e 1 com produção paralela por auditoria.

4.3. Percepção dos agricultores e técnicos sobre o PAA e o PNAE

Uma questão inicial para a discussão da percepção dos agricultores e técnicos do PAA e PNAE é indicar dentre esses programas, quais foram acessados e sua distribuição entre os agricultores entrevistados (Figura 7).

Dos nove agricultores entrevistados, apenas dois, do Médio Vale do Ribeira acessaram os dois programas. Dos quatro agricultores do Alto Vale do Ribeira, três acessaram somente o PAA e um deles não acessou nenhuma política de mercado institucional. Os três agricultores do Baixo Vale do Ribeira acessaram apenas o PNAE. Isso mostra uma tendência de que os programas sejam acessados em grupo, e isso é incentivado nos regulamentos desses programas. Entre os agricultores entrevistados somente o grupo do Baixo Vale acessou como grupo informal, operando as notas fiscais individualmente, mas, na prática, toda a organização prévia e operação do programa, entregas, processamento e trabalho técnico foi coletivo, entre os agricultores e técnicos.

Figura 7. Distribuição do acesso aos programas pelos agricultores da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa.

Foi apontado como ponto positivo por todos entrevistados o aumento da renda familiar provocado pelos dois programas. Entre os agricultores foi tocado como ponto negativo por quatro deles a insuficiência das cotas anuais pagas pelos programas. Já entre os técnicos, os valores foram considerados adequados. Foi referido pelos técnicos que a limitação de valores para uma renda adequada, tem como ponto crucial o fato de que muitos agricultores que acessam o PAA, não conseguem acessar o PNAE, que proporciona uma renda maior. Eles consideram que a experiência com o PAA deveria ter proporcionado a aquisição de conhecimento sobre o funcionamento operacional dos programas de compra institucional que o conduziria

naturalmente para o PNAE. Esse último se caracteriza por ser um programa de mercado institucional mais exigente especialmente com relação à qualidade dos produtos, logística de entregas, mas também melhor remunerado, mas essa experiência anterior não capacitou o agricultor.

“O PAA para nós sempre foi o pré-primário para o mercado institucional PNAE. E o PNAE era para as outras entregas, o estado tem trocentas entregas, hospital, exército, outras coisas. Mas a princípio se pensou vamos fazer um prézinho. A principal falha estratégica do PAA é permitir que o agricultor ficasse 11 anos entregando só PAA, pois aí você não estimula ninguém”

Técnico D. F. J.

Outro aspecto de destaque percebido em todas as entrevistas com os agricultores, com duas exceções, foi a incompreensão do funcionamento dos programas. A maioria não entende como os programas operam a compra do produtos, os processos e etapas, quem é o comprador, os caminhos para o recebimento. Isso não se diferenciou tendo o agricultor acessado o programa ou não. Com exceção dos dois agricultores que acessaram ambos os programas e trabalharam diretamente na sua operacionalização, o restante não sabia explicar os objetivos e como funcionavam os programas, o significado das siglas dos programas. Essa incompreensão não foi observada entre os agricultores que exercem cargos de direção de associações e de cooperativas e entre os técnicos que atuam com o mercado institucional.

No que diz respeito à compreensão dos programas, os técnicos relatam a existência de alguns agricultores ou pessoas da comunidade que passam a entender e vão assumindo a função e dominando aos poucos, a parte burocrática dos programas. Eles colocam que nesses casos os programas atuaram gerando habilidades, as quais os agricultores não detinham antes da experiência, não só com relação à administração da parte documental, mas também com relação à logística, embalagem e qualidade de produtos.

“Precisavam de muita ajuda, muita paciência, muito papel de pão com produto anotado, muito produto sem pesar. O PAA foi didático nesse sentido, foi com o PAA que as comunidades aprenderam a pesar produto, a contar, anotar, ter controle, e ter algum padrão de qualidade, o padrão era adequado para consumo...”.

Técnico F. V.

Isso não aconteceu em todos os locais e, assim as funções permaneceram sendo realizada por técnicos, situação encontrada no grupo do Baixo Vale. Porém, os técnicos apontaram que ainda existe um número significativo de agricultores na região estudada que sequer tem conhecimento da existência desses programas e que no geral, mesmo os que acessaram não entendem bem o que são e como funcionam os programas.

Foi observado que o alcance dos programas foi pequeno com relação ao do universo quantitativo da agricultura familiar na região. Ou seja, a quantidade de famílias de agricultores que acessaram um dos programas (PAA ou PNAE), ou ambos, em algum momento, quando confrontadas pelos dados do Censo 2006 é pouco significativo. O Quadro 3 apresenta os dados quantitativos de agricultores e a estimativa de acesso aos programas no Vale do Ribeira.

Quadro 3. Total de agricultores e estimativa de acesso.

Município	Nº de estabelecimentos da agricultura familiar*	Nº estimado de famílias que acessaram um dos programas**	% estimada de acesso com relação ao total de famílias
Apiáí	314	120	38,2
Barra do Chapéu	367	10	2,7
Eldorado	864	200	23,1
Sete Barras	590	70	11,8
Cananéia	7***	12	-

Fonte: Censo, 2006* (coluna 1), complementado por pesquisa de campo, 2017** (coluna 2). Para Cananéia o dado apresenta erro de digitação/Censo 2006, pois a campo identificou-se mais de 100 estabelecimentos da agricultura familiar no município***.

Mesmo no município de Apiáí, onde o número de agricultores que acessaram foi mais expressivo, foi relatado que esse acesso ocorreu por apenas dois anos, sendo que já não havia, no momento dos trabalhos de

campo mais agricultores acessando os programas. O mesmo vale para os agricultores de Cananéia e Barra do Chapéu. O depoimento de um técnico aborda a situação:

“A política pública, para mim ela tem que seguir um arrasto, uma coisa tipo arrastão, vem fazendo geral. Não dá para ser uma coisa aqui, um caso aqui, outro ali, isso não funciona. É muito mais fácil você perder aquele caso, pois você não cria uma massa crítica para isso, um movimento para isso. Pensando em termos até de atuação de mercado, existe o mercado institucional que é muito forte, e eu sinto que os programas fizeram que o agricultor acessasse, mas basicamente só beliscar...”

Técnico D. F. J.

Outro impacto positivo observado nos locais foi a indução do processo de legalização documental dos agricultores por parte daqueles que acessaram os programas, isso foi apontado pelos técnicos e pelos agricultores, além de ser observado em campo. Mesmo nos locais onde não havia falta de documentos pessoais dos agricultores, houve minimamente, motivado pelo acesso ao PAA e PNAE, a institucionalização de mecanismos de certificação orgânica, sendo o caso dos agricultores do Médio Vale, que os levaram para a certificação. No caso do Baixo Vale, local que mais sofre com dificuldades estruturais e com a falta de apoio do poder público para acesso aos programas de mercado institucional, esse impacto foi extremamente importante. Os agricultores do local, devido ao acesso ao PNAE, foram “forçados” a regularizar toda a documentação que eles não possuíam e era uma exigência obrigatória para a adesão ao programa de compras institucionais. Os documentos obtidos por eles foram, DAP’s, Nota fiscal de produtor, Imposto Territorial Rural (ITR) e para alguns agricultores até as declarações de posse da terra e a regularização do Cadastro de Pessoa Física (CPF), que estavam inativos.

No geral os agricultores apresentaram percepções semelhantes com relação aos impactos observados, ainda que as condições socioeconômicas,

os tipos de sistemas produtivos e os programas acessados sejam diferentes. Dentre os impactos observados, que apresentaram percepções diferenciadas entre os agricultores, está o valor da cota. Chama atenção a justificativa dos agricultores que consideram o valor baixo, mas isso não se encontra ligado diretamente ao preço, mas sim à incapacidade de absorver o volume produzido. Esses agricultores afirmam sentir mais frustração quando não conseguem comercializar a produção do que quando o fazem, mesmo que a preços baixos, e que preferem até mesmo doar a amigos e familiares, mostrando uma relação de valoração que vai além do valor econômico da produção.

4.4. Percepção dos agricultores e técnicos sobre a assistência técnica e extensão rural.

Algumas questões relativas a ATER se mostraram unanimidade entre agricultores e técnicos. Entre elas a necessidade de um serviço efetivo de assistência técnica, devido à precariedade dos serviços. De forma geral, os agricultores entrevistados, com uma exceção, ao serem questionados se recebiam alguma forma de assistência técnica, responderam, num primeiro momento, que não recebiam qualquer forma desse serviço. Esta é uma percepção, que de fato, se apresentou diferente durante o desenrolar das perguntas, onde foram identificadas formas de assistência técnica pontuais por parte de instituições públicas e em outras situações um trabalho mais consolidado por parte de técnicos particulares da Associação Cooperação Técnica (COOPTEC)².

² A associação Cooperação Técnica é formada por agricultores e técnicos e presta serviços de assistência a agricultores familiares e suas entidades na região do Vale do Ribeira desde 2013, auxiliando na produção em função dos mercados atendidos pelos agricultores locais, inclusive os de compra institucional.

Isso mostra que os agricultores apresentam uma percepção vaga sobre o que é um serviço de ATER, além de sugerir que no geral eles percebem isso como uma obrigação do poder público, pois, mesmo recebendo um serviço que é bem avaliado por eles mesmos, como é o caso do prestado pela instituição COOPTEC, eles se percebem como não atendidos. Uma análise mais profunda do discurso dos entrevistados levou a compreensão que o problema era realmente este. Na percepção dos agricultores é inexistente o serviço de ATER por parte das entidades públicas, ainda que haja o mínimo de atendimento. As falas abaixo ilustram esse entendimento.

““ A CATI sempre com muita, bastante dificuldade, eles estão sempre ajudando a fazer um documento, só essas coisas, mas você tem que estar atento, tem que estar sempre em cima. Esses aí (outras instituições públicas), fora a CATI, essas turmas nunca fizeram nada desses tipos de coisas.”

Agricultor D.F.

“Eu acho que é muito importante (ter assistência técnica pública) porque é um passo a mais que nós vamos dar, vamos ter mais parceria pra fazer com a gente, vamos ter condições de ter mais produto. E é um caminho que a gente vai aprender mais alguma coisa que a gente não sabia.”

Agricultor R. M. O.

É unânime entre os agricultores a confiança na tecnologia como ferramenta efetiva na solução de problemas diversos na produção e comercialização. Os técnicos também indicam a necessidade de maior utilização de tecnologias adequadas como forma de estimular a melhoria das condições produtivas dos agricultores e a transição agroecológica, além de também ser uma forma observada de promover a aceitação do trabalho técnico junto aos agricultores.

“Até porque, a experiência que a gente tem, é que quando você consegue desenvolver tecnicamente (agricultura orgânica), o próprio agricultor convencional começa a se apropriar dessas técnicas, então um grande chamariz (para a transição agroecológica) seria isso, poder ter localmente (tecnologias).”

Técnico D. F. J.

Porém, apesar da confiança na técnica para solução de problemas na produção ser geral, são comuns relatos que apontam que estes agricultores não conseguem acessar as tecnologias. Algumas vezes isso é uma questão de falta de recursos, isoladamente, mas geralmente isso se soma ao fator que as técnicas de produção são somente apresentadas em forma de oficinas ou cursos de curtíssima duração, não havendo um trabalho de acompanhamento contínuo, o que termina de inviabilizar a adoção dessas tecnologias.

“Tem bastantes coisas que a gente tem vontade de mudar, mas só que a condição de vida às vezes não permite a gente mudar essa parte aí, às vezes você pensa de fazer uma mudança, mas você não tem um meio sabe... Nós tivemos aqui os pessoal de Itapeva que vieram para incentivar para a gente fazer estufa, tanque de peixe, tudo essas coisas aí. É uma mudança não é. Para você ficar mais focado sobre esse tipo de coisa, mas aí a gente nunca tem essa chance de mudança não.”

Agricultor D. F.

Foi observado que além da falta de chances para adoção de tecnologias também existe uma desconexão com o que os agricultores consideram adequados, ou que esteja de acordo com suas expectativas. Boa parte das novas tecnologias propostas é inadequada à realidade social, cultural e produtiva dos agricultores. Um caso relativo à implantação de moradias no assentamento, exibido na fala a seguir, é simbólico para mostrar esse tipo de

situação, sendo que outras semelhantes foram observadas nos trabalhos de campo.

“Olha veio uns caras aí... mandaram uma pessoa aí para ver que tipo de casa que nós queria, o cara veio eu falei: eu quero uma casa com três quartos uma sala e uma varanda, aí ele falou, que tal a gente fazer uma oca? Estilo oca? Isso que o cara falou para mim! Aí eu falei: Cara eu vou falar para você, de casa você não entende b**** nenhuma, você tá nessa faculdade estudando para que achar que a gente é besta? Casa a gente precisa de uma casa de no mínimo 70 metros quadrados, três quartos e banheiro, é melhor nós parar com esse negócio de casa eu falei.”

Agricultor A. A. P.

A precariedade dos serviços de ATER não é observada apenas nesses trabalhos que apresentam técnicas e tecnologias de produção sem um comprometimento com sua implantação e funcionamento. Os sujeitos da pesquisa apontam alguns raros casos de serviços de assistência técnica que são prestados por maiores períodos e também são marcados pela precariedade e pela ineficiência. Uma fala mostra esta situação e colabora na análise e discussão.

“Olha rapaz, infelizmente eu tô lascado, às vezes passa um técnico ali, mas eles não arrumam nada, não fala nada, é esses técnicos da * (entidade que atende através dos editais do MDA)* , ele só vem para assinar folha, só e acabou. Então você assinou a folhinha para ele está valendo. Ali é só para garantir o salário do camarada.”

Agricultor A. A. P.

Isso leva ao questionamento se o modelo de ATER voltado para a agricultura familiar, adotado nos últimos anos pelo governo federal, caracterizados pelos editais para prestação de serviços num determinado

espaço tempo, e com escopo já definido é a melhor opção. Ainda que estes editais sejam elaborados para atender aos objetivos da PNATER, os relatos dos entrevistados e a observação em campo indicaram negligência e precariedade na prestação dos serviços de ATER por parte das entidades responsáveis. Como exemplos disso identificados neste trabalho temos, além do caso destacado na fala acima, que se trata de um serviço prestado num assentamento do município de Apiaí (alto Vale do Ribeira), o caso da chamada pública “ATER Agroecologia” realizada em 2013 pelo então MDA que se propunha a “contribuir valorizando os sistemas de produção familiar local e a sustentabilidade da produção agrícola, pecuária, agroflorestal e florestal na região, bem como o fortalecimento da gestão coletiva destes processos objetivando viabilizar a Central de Comercialização das Cooperativas, atendendo 10 municípios e cerca de 700 famílias”, segundo site da entidade ganhadora da chamada. A chamada que teve recurso na casa dos milhões de reais teve contrato assinado com a instituição executora, mas não alcançou os agricultores e localidades desta pesquisa. Os relatos e trabalhos de campo apontaram que não houve nenhuma atividade executada referente a esta chamada.

Uma relação apontada pelos agricultores e técnicos como muito importante foi à assistência técnica direcionada aos programas de mercado institucional. Os agricultores do Baixo Vale destacam que se não fosse o trabalho de assistência prestado pela entidade COOPTEC, eles não teriam acessado e operado o PNAE. Os agricultores do Alto Vale acessaram o PAA sem qualquer tipo de assistência técnica, mas mesmo assim afirmaram ser importante para execução dos programas e um deles afirmou que sem assistência é inviável operar os programas de compra institucional.

“Apesar que vocês (técnicos) estão dando a cara a tapa também para ajudar nós, porque senão nós não ia também conseguir, porque se deixasse para nós correr atrás do jeito que já estamos desacorçoados nós não vamos. Fomos porque vocês estavam juntos né.”

Agricultor F. A.

A relação do trabalho técnico com o sucesso das políticas públicas de mercado institucional foi observada e relatada pelos entrevistados. A importância do trabalho técnico é apontada por Sabourin (2017), que diz que nenhuma política pública, embora socialmente construída e legitimada, pode ser institucionalizada sem contar com um conteúdo técnico e instrumental robusto.

No caso dos agricultores do Baixo Vale o acesso ao PNAE só foi possível devido ao trabalho do grupo de técnicos da COOPTEC. Esse trabalho foi relatado pelos agricultores e basicamente consistiu em: 1. Mobilizar os interessados do local em entregar através do programa; 2. Entrar em contato com a prefeitura para que realizassem a chamada pública e; 3. Posteriormente o trabalho de planejamento acompanhamento da produção e das entregas. É relevante para entender o sucesso desse trabalho técnico e desses casos, saber que os técnicos participaram da execução de todas as etapas (produção, processamento e entregas), o que não caracteriza uma consultoria ou uma orientação, mas sim um trabalho participativo e ativo que recebeu o nome de “cooperação técnica”.

Os dois agricultores do Médio Vale também puderam contar por um período de tempo com o trabalho de “cooperação técnica” desempenhada pela COOPTEC, o qual segundo eles possibilitou muitas melhorias na produção, principalmente na produção orgânica. Foi após esse trabalho que a localidade saltou de dois agricultores orgânicos certificados, número que se manteve em torno de uma década, para vinte e três agricultores orgânicos certificados. Além disso, esse trabalho colaborou para que a cooperativa em que os agricultores entrevistados são associados acessassem o volume de 100% das entregas de banana orgânica de um grande município da região metropolitana de São Paulo, além de outras chamadas públicas do PNAE que aumentaram de forma significativa o faturamento da entidade.

Os agricultores do Baixo e do Médio Vale afirmam que foi a assistência técnica que possibilitou acessar os programas com produtos orgânicos, o que gerou melhor remuneração. Sobre acessar os programas de mercado institucional com a produção orgânica, os técnicos afirmam que o aporte de até 30% no valor das mercadorias orgânicas atua como um estímulo a esse tipo de produção. Isso ocorreu com os agricultores entrevistados no Médio e no Baixo Vale, nesses locais a produção orgânica expandiu em função dos programas.

Outro fator verificado e relatado pelos agricultores e técnicos como fruto do trabalho de ATER do grupo da COOPTEC foi a adoção de técnicas de produção orgânica. Os agricultores que recebiam o serviço tiveram disponibilizados pelos técnicos que realizavam a “cooperação técnica” insumos orgânicos, que até então não eram encontrados com facilidade e nem com boa qualidade. Os insumos adotados foram os biofertilizantes produzidos pelos próprios técnicos, os pós de rocha, calcário de concha e mineral, composto orgânico, além de defensivos permitidos na agricultura orgânica como o óleo de nim, bio-iscas para o controle de formigas e o *Bacillus thuringiensis* (nome comercial “DIPEL”), utilizado no controle insetos. Antes da intervenção desses técnicos apenas dois dos agricultores haviam tido acesso a algum insumo voltado para a produção orgânica, ainda assim nesses casos isso aconteceu de forma pontual.

Esse é um indicador que a adoção de novas práticas de produção necessita de um acompanhamento técnico e mais, precisam de estruturas e aporte de recursos, que neste caso partiu dos próprios técnicos.

4.5. Percepção dos agricultores e técnicos sobre organizações sociais

Este t3pico tem car3ter explorat3rio, pois se trata de um tema de dif3cil delimita33o e de grande complexidade, mas que ao serem observadas as percep33es dos entrevistados se mostrou intrinsecamente ligado ao sucesso ou n3o das pol3ticas de mercado institucional e da ATER das quais tratam os itens acima, e desta forma, porque n3o dizer 3 pr3pria reprodu33o da agricultura familiar.

Cabe inicialmente, para facilitar a compreens3o, apresentar o arranjo e as rela33es dos agricultores entrevistados com as organiza33es sociais que participam de alguma forma (Quadro 4).

Quadro 4. Participa33o dos agricultores em organiza33es sociais.

Sujeito	Cooperativa	Associa33o	Sindicato	Conselhos Gestores
3	X	X		X
4		X		
5		X	X	
6		X		
7	X	X		X
8		X	X	
9		X		X
10	X	X	X	X
11		X	X	

Fonte: Dados da pesquisa, adaptados pelo autor.

Todos os agricultores tem rela33o com mais de uma organiza33o social, mas h3 duas exce33es, cujos agricultores s3o membros de uma entidade apenas, o que sugere que existe uma orienta33o natural de coopera33o e de associa33o entre eles. Isso 3 importante, pois j3 3 pressuposto que os agricultores familiares estejam sujeitos 3s limita33es em rela33o aos seguintes requisitos: Volume de produ33o reduzida, tamanho de 3rea e disponibilidade de m3o de obra reduzida. Esses fatores os colocam em posi33o desigual em rela33o a m3dios e grandes agricultores capitalizados, e interfere no acesso ao mercado. Por3m, existe tamb3m outro fator que d3 sentido a ado33o do associativismo e do cooperativismo como ferramenta para superar dificuldades e vulnerabilidades do setor da agricultura familiar, que 3 a de representa33o pol3tica.

Dada à importância da organização coletiva para o setor da agricultura familiar é que este trabalho se volta, ainda que de maneira exploratória, para alguns fatores problemáticos identificados nas entrevistas e no trabalho de campo ligado ao tema, sendo eles: o desgaste e a desconfiança dos sujeitos da pesquisa com relação à capacidade das organizações sociais que eles integram em solucionar os problemas a que se propõe; e os recorrentes relatos de falta de transparência e da dificuldade de participação e interferência nos processos e tomadas de decisão dessas organizações.

Os agricultores se aglutinam em suas organizações sociais locais para que possam se representar frente ao poder público e a sociedade. Entre essas organizações foram analisadas uma cooperativa, duas associações e um sindicato da agricultura familiar. Além da representação, essas organizações cumprem a função de permitir o acesso às políticas públicas de compra institucional, como é o caso do PAA, já abordado neste trabalho, em que o acesso ao programa só foi observado de forma coletiva, ainda que haja a modalidade individual, esta não foi concretizada em nenhum caso. O PNAE é outro exemplo que, apesar de permitir o acesso individual dos agricultores, essa modalidade é incomum, o que se confirmou neste trabalho, onde entre os sujeitos da pesquisa, e no trabalho de campo não foi observado nenhum caso dessa natureza.

Sobre a vinculação da participação do agricultor familiar em uma associação para o acesso a políticas públicas o que em teoria é positivo, justamente por estimular uma forma democrática de organização social, não se mostrou desta forma nos trabalhos de campo e nas entrevistas. Foram identificados situações e relatos que contrapõe a essa ideia, onde o que se observa é a utilização da política pública por parte das direções das organizações, para beneficiar determinados grupos dentro das entidades em troca de apoio político.

O que foi visto em duas entidades foi a direção, que tem o controle administrativo das políticas, escolherem amigos, companheiros políticos e até mesmo privilegiarem agricultores de uma localidade específica no acesso às

políticas públicas, sendo recorrente essa instrumentalização em benefício dos mais próximos. Nestes critérios de escolha parecem interferir questões subjetivas e de natureza pessoal na escolha dos sujeitos, mas não só, já que essa distribuição de benefícios se converte em apoio nos espaços de deliberação e eleições das organizações. Levam vantagem nessa disputa pelo poder institucionais os membros que distribuem benefícios entre os associados ou cooperados, e isso, nesses casos, valem para escolha dos beneficiários das políticas públicas.

“As pessoas que estão no comando acham que o agricultor deve fazer (mercado institucional), mas tem os agricultores que não estão preparados para fazer e da confusão. Para esse tipo de coisa tem que ter uma preparação primeiro e depois vê quem pode fazer. Ela (cooperativa) permite que a gente acesse se não, não teria como acessar. Você só faz isso junto com o grupo. A documentação toda que precisa, a burocracia é parte da cooperativa, ai faz o transporte todo que é de todos os cooperados.

Agricultora C. G. A.

A fala sobre uma suposta falta de preparo se refere à agricultores que não tem produção em volume e em qualidade compatível com as entregas, mas que mesmo assim é incluído por estarem no mesmo grupo político, num processo onde se atropela os passos técnicos na busca de ganhos políticos.

Os autores Andrade & Alves (2013), afirmam que quando o crescimento acelerado de uma organização cooperativa se dá por fatores exógenos, como o motivado pelas políticas de modernização ou pela inserção da agricultura brasileira no mercado mundial, por exemplo, há o risco eminente de um distanciamento entre o quadro de cooperados e o corpo diretivo, visto que este passou a mediar, em muitos casos, os interesses de grupos monopolistas e a se movimentar numa esfera simbólica distinta da dos produtores associados.

Essa afirmação dialoga com o que estamos discutindo, no sentido de que ainda que no geral, os efeitos das políticas de compras institucionais sejam favoráveis aos agricultores familiares, este processo onde a direção da entidade controla todas as informações e decisões sobre a operação das políticas públicas, causa efeitos colaterais, nesse caso o distanciamento entre ela e os associados. Essa situação foi identificada em campo e nas entrevistas, como é o caso do impedimento ao acesso de informações por parte de associados não membros da diretoria, como se observa na fala abaixo:

“Teve uma época que (associação) administrava o PAA, enquanto tinha era associação que representava. A última vez que eu quis saber fui vaiado na reunião. Eu acho assim, que não adianta você ser membro de uma associação que você não tem acesso às informações, as coisas que ela apura.”

Agricultor A. A. P.

É justamente essa restrição à informação que dá margem para a execução arbitrária dos programas, onde os agricultores associados não conseguem interferir nas decisões. Não foi observado e não está previsto pelas políticas públicas um trabalho informativo ou de capacitação sobre essas políticas. Além disso, como foi visto no item anterior deste trabalho que discute ATER, as entidades públicas ou terceirizadas pelo Estado, que poderiam cumprir esta função não o tem feito de maneira satisfatória, gerando os problemas operacionais e de relacionamento apontados, que no geral permanecem negligenciados pelas direções e sem solução.

Quando interesses puramente econômicos atropelam os interesses do quadro associativo, os cooperados são afastados ou se retiram das engrenagens da administração, e a cooperativa torna-se uma nova autoridade na gestão de bens comuns, um novo intermediário para o acesso ao mercado, podendo até ser percebida como um novo patrão. (SERRA, 2003).

Outro fator de distanciamento entre o quadro de associados e a direção das entidades, observado em campo, foi a mudança do perfil geral dos associados a partir do ingresso de novos membros com trajetórias pessoais diferenciadas do perfil inicial dos membros das entidades. À medida que a associação se abre para a participação de agricultores com características socioculturais heterogêneas, internamente, se formam grupos com diferentes centros interesse que muitas vezes se opõe, dificultando o atendimento das demandas por parte das organizações.

“Tenho algumas restrições com nossa cooperativa. Mudou um pouco o foco, no começo era mais social, não tanto mercantilista. Os integrantes dela hoje, a maioria, são novos agricultores que vieram do urbano (...) perde um pouco a identidade de agricultura familiar da cooperativa, acho que tem uns que nem eram pra ter DAP.”

Agricultor O. F. N.

É baixa a participação nas entidades em que os sujeitos da pesquisa são integrantes. Diversos agricultores afirmam que é sempre a minoria dos membros que participa e isso não dá voz às necessidades que são universais. Essa observação é recorrente entre os entrevistados e sempre é percebida como algo negativo. As falas a seguir mostram isso, sendo a primeira muito interessante, pois o agricultor, mesmo sendo um dos membros mais assíduo nas reuniões da associação, fato verificado a campo, transmite a sensação de que não é dono do processo.

“Vou na associação, chamam a gente pras reunião, aprendo alguma coisa, tá bom, a gente colabora com os homi lá.”

Agricultor R. M. O.

“As reuniões não tem mais discussão, são mais pra informes. Tem vindo cada vez menos agricultor. O agricultor começa a se sentir como se não fosse dono daquilo, a organização tem que ter a cara do agricultor...”

Agricultor O. F. N.

Simioni et al. (2009), já apontava que muitos cooperados ainda não pensam no coletivo e buscam atender seus interesses próprios, sabendo que quando os membros têm tal comportamento, a estrutura cooperativista tende a se enfraquecer e começam a surgir alguns subgrupos dentro da cooperativa. Essa situação é desfavorável, uma vez que a competitividade e influência do ambiente institucional acabam implicando na necessidade de uma atuação diferenciada em relação à construção de relações de lealdade mais estáveis.

Um dos sujeitos da pesquisa que é presidente do sindicato e diretor da associação do local problematiza de outra forma, o que mostra o distanciamento entre a direção e o quadro de associados, além da dificuldade de lidar com os grupos e opiniões divergentes. Segue relato abaixo.

“Tem as pessoas que ficam quietas, que não falam nada e tem aquele que sempre está ali reclamando no dia-a-dia, na reunião, está descontente não é, e a gente tem essa dificuldade com esse tipo de gente.”

Agricultor D. F.

A visão de um agricultor que não participa da direção à interpretação é outra como pode se observar na fala a seguir.

“As pessoas não vão nas reuniões para discutir, as pessoas não conseguem por as suas ideias e desistem de dar opiniões ai acabam concordando. As pessoas na cooperativa desistiram de contestar as

opiniões, porque aí fica o medo de perder o pouquinho que conquistaram. Essas organizações tinham que provocar que as pessoas dessem opinião, mas elas evitam que haja contestação do que é feito. As pessoas que são a diretoria, no caso as lideranças, evitam esses debates mais profundos... No meu ponto de vista a diretoria não traz uma opinião para ser discutida, já traz a opinião pronta só pra ser aprovada. Isso serve pra tudo”

Agricultor C. G. A.

Os técnicos também afirmam a fragilidade das instituições ligadas à baixa participação dos membros, sendo comum que a maioria deles tenha apenas uma relação distante.

Andrade & Alves (2013) verificaram em um estudo realizado numa cooperativa de agricultores familiares em Goiás que a maior dificuldade encontrada pelos cooperados é a falta de união entre os membros, afirmando que alguns cooperados, inclusive fundadores, não têm um autêntico espírito cooperativista, e que quando alguns problemas não são resolvidos, segundo os entrevistados, estes grupos começam a se confrontar.

Esse tipo de situação se apresenta como algo comum e colabora para o enfraquecimento e a desestruturação das organizações acompanhadas no estudo. Para Morato & Costa (2001), o cooperativismo surgiu como forma de organização para exercitar a cidadania e a distribuição de bens, tendo os objetivos focados na solidariedade e democracia. Portanto, é necessária a educação das pessoas envolvidas nas atividades, de modo que abracem a filosofia cooperativista, mas não foi observado nos trabalhos de campo e nas entrevistas, qualquer forma ou processo voltado para a educação associativista e cooperativista junto aos agricultores, técnicos e instituições deste estudo, o que pode explicar as percepções negativas dos sujeitos da pesquisa.

Bourdieu (1989) analisa um aspecto importante que diz respeito à concepção de representação como aprendizado e os fatores que garantem

uma continuidade. Para ele, todo grupo possui um porta-voz e há uma certa tendência à continuidade da representação, a pessoa/representante vai aprendendo as regras do jogo. Situação observada claramente nas organizações e nos relatos dos sujeitos dessa pesquisa.

Quanto às percepções desses sujeitos sobre as organizações onde atuam e participam e as dinâmicas de funcionamento das mesmas, alguns relatos serão destacados para facilitar a compreensão, buscando entender qual o motivo da falta de credibilidade nas organizações. Por parte desses agricultores, uma fala em especial chama a atenção e sugere que isso vem desde a pré-organização para a criação das entidades. A quantidade de tentativas, neste caso extremo, mas também relatado em outros casos, que ajuda a explicar um pouco o desgaste da relação entre agricultores e as organizações.

“Associação, esse negócio a gente vai desacreditando. Já foram tantas... Agora pegar todas, já tem umas oito que a gente tentou, o pessoal vem aqui: Ah, vamos montar uma associação! A gente dá tudo o documento, tudo certinho, entrou com a chapa. Chegando a hora ficam dois, três anos e não sai...”

Agricultor F. A.

Este caso mostra que o histórico de dificuldades com a fundação das entidades é muito ruim e marcado por mais problemas do que êxitos, e que mesmo depois de solucionado o problema, isso cria um desgaste que se mostra permanente.

Esses processos são geralmente realizados sem assessoria alguma, o que os técnicos alertam ser um problema, não só nesse processo de criação das entidades, mas também durante sua operação e execução de atividades. Os técnicos entrevistados acreditam que a estrutura de funcionamento de uma associação, mas especialmente de uma cooperativa é algo que necessita de um acompanhamento, uma assessoria.

“Eles precisam de muita assessoria para conseguir lidar com isso (institucionalização das organizações), é uma estrutura que de cara precisa de muita assessoria, muita ajuda.”

Técnico F. S.

Existe ainda o problema de entidades que são criadas em função da política pública. Apesar da importância do governo estimular a organização social, ocorre o risco de gerar uma forte dependência da política de compra institucional, como mostra a fala a seguir.

“No dia seguinte que o PAA acabar, se acabar amanhã, esse negócio (cooperativa) vai ter muita dificuldade de se manter sozinho, e eu acho que é isso, tem uma dependência de uma política pública.”

Agricultor D. F.

Essa dependência pode gerar como uma situação onde as entidades e agricultores fiquem sem mercado ou fonte de renda, o que seria um desastre, principalmente para aqueles agricultores e entidades que fizeram investimentos contando com os ganhos vinculados aos programas de compra institucional.

Pontualmente foram citados pelos agricultores como problemas, além dos já discutidos, a incapacidade das organizações de ampliar mercado para além do institucional, ou seja, sempre há dificuldade de atingir os mercados externos aos programas de compras públicas, isso é mais evidente nos agricultores que consideram a renda proveniente desses programas como insuficientes. Outro problema citado pontualmente por alguns agricultores foi a incapacidade das organizações proporcionarem acompanhamento técnico aos agricultores.

É importante relevar que mesmo com as dificuldades relatadas pelos sujeitos da pesquisa e aqui apresentadas, é unânime entre todos os

entrevistados, sejam técnicos ou agricultores, que o sucesso das atividades e a melhoria das condições da agricultura familiar dependem da organização coletiva. Essa visão é geralmente associada à viabilidade gerada por essas entidades em acessar mercados e comercialização, ou ainda a soluções operacionais de questões como a estrutura logística. Em menor medida, sempre por parte dos agricultores que ocupam funções de direção ou liderança as organizações são citadas como importantes na representação política. Novamente esse ponto indica que associados e direção tem centros de interesse diferentes, onde os associados tem interesse central em renda e solução de problemas técnicos e produtivos, já os diretores e lideranças impõem como prioridade das organizações as disputas políticas.

CAPÍTULO 5.

Considerações finais

Apresentou-se neste trabalho a análise de um conjunto de aspectos relacionados às percepções dos atores chaves (produtores e técnicos) sobre três temas.

1. As políticas públicas de mercado institucional, representadas especificamente pelos programas PAA e PNAE;
2. A assistência técnica e a extensão rural;
3. As organizações sociais que participam esses atores.

Quanto aos programas PAA e PNAE foram caracterizados os impactos positivos e negativos, sendo um dos objetivos desses dois programas institucionais de compra da produção de produtores familiares, fortalecer socialmente e economicamente os agricultores familiares, nesse sentido, de

modo geral, os programas contribuíram com o aumento na renda familiar dos agricultores estudados.

Outro impacto positivo observado pelos programas foi o estímulo à regularização documental dos agricultores. É importante que isso ocorra de alguma forma, pois este é um aspecto que impulsionou na prática o acesso desses agricultores familiares à direitos sociais e políticas públicas. O fato dessa regularização ter ocorrido através dos programas de compras institucional, mostra uma ineficiência por parte do poder público em atender os direitos básicos desses agricultores, essa documentação deveria existir para todos. Portanto, agentes efetivos de desenvolvimento são necessários e devem priorizar a regularização documental, como primeiro passo para acesso às políticas públicas.

O relato dos técnicos quanto à capacidade de promover entre os agricultores novas habilidades técnicas associadas aos procedimentos operacionais dos programas foi observado em campo. Mesmo nos casos em que os agricultores não tiveram participação ou aprendizado com relação às operações documentais e administrativas ligadas aos programas, eles desenvolveram novas habilidades nas fases de produção, processamento, escoamento ou ambos. Essas novas capacidades se mostraram muito dependentes de assistência técnica, mas também ocorreram em menor medida por conta dos próprios agricultores, e em alguns casos, permaneceram sendo praticadas independente dos programas.

O estímulo à transição e à produção orgânica é um impacto positivo que deve ser destacado, porém este se mostrou ainda mais dependente de acompanhamento técnico para acontecer, pois há dificuldade por parte dos agricultores com relação às técnicas de produção orgânica e ainda sobre os mecanismos de garantia e certificação dessa produção. Essa dependência de assistência técnica foi um ponto levantado pelos sujeitos da pesquisa que mostraram claramente a necessidade de solução para esse gargalo. É necessário que essa assistência tenha capacidade de atender a questões não só de ordem agrônômica de natureza agroecológica, mas também

administrativas, logísticas e de relações institucionais para maior efetividade no auxílio à execução dos programas.

Os agricultores apontaram o caso da “cooperação técnica”, ocorrido em função dos programas, como muito positivo, obtendo sucesso na operação conjunta com os agricultores e suas instituições, sendo necessária uma investigação maior deste aspecto, mas que foi identificado por eles como um tipo diferenciado de assistência técnica.

A incompreensão da operacionalização dos programas pela maioria dos agricultores é um ponto observado em diferentes graus, mas presente em sete dos agricultores e reafirmado pelos técnicos como fato mais amplo. Os agricultores não compreendem a estrutura institucional das políticas públicas e o histórico político institucional ocorrido até o reconhecimento e institucionalização dos programas. Além disso, a operação é compreendida de maneira geral pelos agricultores, como uma ação que depende de indivíduos, lideranças ou diretores de suas instituições. Isso tira o caráter de direito da política e a torna em alguns casos, como uma ferramenta de barganha política local e regional. Novamente um trabalho técnico se põe como um dos caminhos que pode ser o disseminador de informações claras das regras e funcionamento dos programas, gerando a autonomia que se espera como resultado das políticas.

Foi observado, de forma geral, que os programas tiveram acertos e falhas na operação dos programas no Vale do Ribeira. No entanto, ao não ter incluído o universo da agricultura familiar de forma abrangente, como já mencionado, marginalizou um público amplo de agricultores familiares presentes na região. Mas também apontamos que contribuiu com a renda daqueles que tiveram acesso aos programas. A questão da melhoria da renda é o ponto de interesse comum entre os agricultores mesmo em situação socioeconômicas, ambientais e produtivas diferentes. Sem esquecer que a inserção nos programas potencializou o acesso à assistência técnica e a transição para a produção orgânica e agroecologia. Mas são necessários ajustes e soluções que proporcionem uma operação mais eficiente e

abrangente dos programas PAA e PNAE, cuja essência indicamos: treinamento de assistência técnica adequada e capaz de interagir com as diversas instâncias do setor público e organizações da sociedade civil; revisão dos mecanismos que favoreçam a garantia do cumprimento da lei do PNAE por parte dos municípios, estados e união, garantindo a compra de no mínimo de 30% da alimentação escolar da agricultura familiar; e melhorias na gestão e no monitoramento e fiscalização da operação dos programas.

Sobre o tema Assistência Técnica e Extensão Rural, este trabalho caracterizou as percepções dos sujeitos da pesquisa e os impactos dos serviços de ATER que estes sujeitos participaram ou acompanharam de alguma forma na região estudada.

Foi apontada por todos os sujeitos a necessidade de um serviço efetivo de assistência técnica. Os sujeitos percebem que não possuem atendimento de serviços de ATER mesmo quando tem. Isso se explica devido à precariedade observada nos serviços, mas não só, pois mesmo quando receberam um serviço privado, bem avaliado por eles mesmos, os agricultores não se perceberam atendidos. Isso sugere uma percepção vaga sobre o que é um serviço de ATER, mas também, articulado com outras percepções, indica que no geral eles percebem isso como uma obrigação do poder público.

Após a PNATER foi adotado pelo governo federal um modelo de serviço de ATER voltado para a agricultura familiar, caracterizados pelos editais para prestação de serviços num determinado espaço-tempo, e com escopo já definido. Ainda que estes editais sejam elaborados para atender aos objetivos da PNATER, os relatos dos entrevistados e a observação em campo indicaram negligência e precariedade na prestação dos serviços por parte das entidades responsáveis, não cumprindo com os objetivos da política.

A confiança na tecnologia como ferramenta efetiva na solução de problemas diversos na produção e comercialização é outro dado universal entre os pesquisados. Foi observado e relatado pelos técnicos que tecnologias adequadas atuam como estímulo a melhoria das condições produtivas dos

agricultores e a transição agroecológica, além de também servir como forma de promover a aceitação do trabalho técnico junto aos agricultores.

Os impactos positivos observados pelo trabalho efetivo de ATER são diversos. É crucial, portanto, que o serviço seja voltado e satisfaça as necessidades reais dos agricultores, contribuindo para o sucesso das atividades e com o fortalecimento desta categoria social. Isso foi observado de forma consistente apenas quando o serviço foi feito de maneira independente pelos técnicos da COOPTEC, em uma relação onde os agricultores e técnicos de campo eram os tomadores das decisões e determinavam a forma do trabalho. Já nos serviços públicos e terceirizados pelo governo federal a avaliação foi negativa por parte de todos os sujeitos.

No geral, as políticas públicas e programas abordados nesse trabalho possuem pouca comunicação e integração em sua operacionalização, não dialogando de maneira significativa entre si.

Com relação às organizações sociais representativas da agricultura familiar, ficou claro que é parte importante da lógica social, produtiva e econômica dos agricultores pesquisados.

Com duas exceções, todos os agricultores tem relação com mais de uma organização social, o que sugere que existe uma orientação natural de cooperação e de associação entre eles.

A baixa participação dos agricultores associados é outra realidade observada nas entidades. Diversos agricultores afirmam que é sempre a minoria dos membros que participa e isso não dá voz às necessidades da maioria. Essa percepção é reafirmada pelos técnicos que consideram esse fato uma fragilidade das entidades.

Uma situação observada que ajuda a explicar a baixa participação dos agricultores nas entidades foi o distanciamento entre o quadro de associados e a direção das entidades. Isso parece estar ligado a alguns fatores, discutidos neste trabalho, sendo o principal deles: a diferença entre os interesses centrais

dos associados e as direções, que priorizam a representações e disputas políticas através das entidades, e os agricultores que tem como anseio principal a questão de melhoria produtiva e comercial.

Na interação entre políticas públicas e organizações sociais foram identificados problemas que estimulam esse distanciamento. Foi observado em duas entidades o uso do controle administrativo, das informações e decisões sobre a operação das políticas, pertencente às direções, no favorecimento do acesso a grupos com quem possuem afinidades políticas ou pessoais.

A restrição à informação é fundamental nesta execução arbitrária dos programas, impedindo a maior parte dos agricultores interferirem nas decisões e operação dos programas. Não foi observado e não está previsto pelas políticas públicas um trabalho informativo ou de capacitação sobre essas políticas. Não foi observado nos trabalhos de campo e nas entrevistas, qualquer forma ou processo voltado para a educação associativista e cooperativista junto aos agricultores, técnicos e instituições deste estudo, tampouco algum processo educativo voltado para as políticas públicas, o que pode explicar esses problemas. A solução destes problemas demanda o estabelecimento de programas educacionais dentro das organizações, voltados à capacitação na gestão da organização e compreensão do conjunto de valores e práticas associados à mesma, e em casos como o das políticas públicas por espaços de informação e capacitação específicos.

O histórico de dificuldades das entidades descrito pelos sujeitos da pesquisa é marcado por mais problemas do que êxitos, e se inicia antes mesmo da fundação, criando um desgaste que se mostra permanente. Os processos são geralmente realizados sem assessoria alguma, não só no processo de criação das entidades, mas também durante a operação e execução de atividades. Os técnicos entrevistados acreditam que a estrutura de funcionamento de uma associação, mas especialmente de uma cooperativa é algo que necessita de um acompanhamento.

Mesmo com as dificuldades relatadas pelos sujeitos da pesquisa e aqui apresentadas, são unânimes entre todos os entrevistados, que o sucesso das atividades e a melhoria das condições da agricultura familiar dependem da organização coletiva.

*Certificado de Apresentação para Apreciação do Comitê de Ética (CAAE)
59721516.5.0000.5504 (Parecer Aprovado).*

6. LITERATURA CITADA

ABRAMOVAY, R. **Conselhos além dos limites**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.

ABREU, L. S. **A construção da relação social com o meio ambiente entre agricultores familiares da mata atlântica brasileira**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2005.

ANDRADE M. C.; ALVES C. **Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso**. Revista de Administração IMED, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Acesso em 22/03/2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm

BRASIL. Casa Civil. **Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Acesso em 23/10/2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm

BRASIL. MDS. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Acesso em 23/10/2017. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>

BRASIL. FNDE. **Resolução CD/FNDE nº 04/2015**. Acesso em 23/10/2017 Disponível em <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/116alimentacaoescolar?download=9815:pnaemmanual-aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimentacao-escolar-2-edicao>.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro/ Lisboa: Bertrand Brasil/ Difel, 1989.

CASTRO C. N.; PEREIRA C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília, 2017.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L.; SCHNEIDER, S. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2004.

COHEN, E; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. 3ª Ed. São Paulo: Vozes, 1993.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura familiar**. Brasília, 2013 Acesso em: 15/11/2017. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2>

DALFOVO, W. T. et al. **A constituição de um modelo associativista familiar como alternativa de desenvolvimento local e regional sustentável: o caso do borboletário do Sesc Pantanal em Poconé-MT.** In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 40, Campo Grande, 2010.

DELGADO G. C. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária.** Estud. av. vol.15 n.43 São Paulo. 2001.

FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil Municipal 2013.** Acesso em 20/10/2017. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/>

GRISA, C. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das idéias.** Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ), Rio de Janeiro (RJ), 2012.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar – Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Censo agropec. Rio de Janeiro, p.1-267, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Característica das populações e dos domicílios.** Censo demográfico, Rio de Janeiro, p.1-270, 2010.

ISA. Instituto Socioambiental. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.** Editores Kátia M. Pacheco dos Santos, Nilto Tatto. --, 2008.

LISBOA, T. C.; BONASSI, S. A. **O associativismo como estratégia competitiva no varejo: um estudo de caso na AREMAC - AM - Associação Regional de Material de Construção da Alta Mogiana.** Revista Eletrônica da Administração, Franca, v. 2, n. 2, p. 1-25, 2003.

MATTEI, L. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo.** Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

MORATO, A. F.; COSTA, A. **Avaliação e estratégia na formação educacional cooperativista.** In: Macedo, K. B. & Ximenes, J. A (org.). Cooperativismo na era da globalização, ed. Terra, Goiânia, 2001.

OLIVEIRA, M. M. **As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 16, n. 2, p. 97-134, 1999.

PETTAN K. B. **A política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER): percepções e tendências.** 2010.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2011.** Sustentabilidade e Equidade: um futuro melhor para todos. Washington: PNUD, 2011. 183p.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M.; DE BLASIS, P. **Investigações arqueológicas no médio/ baixo vale do Ribeira de Iguape, São Paulo.** Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 8: 57-69, 1998.

RODRIGUES, C. M. **Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil.** Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.14, n.1, p.113-154, 1997.

SABOURIN E. **Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil** In: Delgado Guilherme Costa (ed.), Bergamasco Sonia Maria Pessoa Pereira (ed.). Agricultura familiar brasileira: Desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), p. 265-291. 2017.

SANGALLI A. R. et al. **Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados (MS)**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.

SCHIMITT, Cláudia J; Guimarães Leonardo A. **O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica**. Agriculturas - v. 5 - no 2 - junho de 2008.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO. **Proposta de macrozoneamento do Vale do Ribeira – Relatório final**. São Paulo, 86p, 1996.

SERRA, E. **Teoria e Prática Cooperativista entre os Produtores Rurais**. In: VILLALOBOS, Jorge Guerra (Org.). Geografia Social e Agricultura no Paraná. Maringá: Programa de Pós graduação em Geografia – UEM, 2001.

SETZER, J. **Atlas climático e Ecológico do Estado de São Paulo**. Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, 61p, 1996.

VEIGA, J. E. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

APÊNDICE

O apêndice deste trabalho foi dividido em duas partes. A primeira traz algumas imagens registradas pelo autor nos trabalhos de campo para coleta de dados. São imagens da paisagem local, atividades dos agricultores e de suas organizações que estão relacionadas com os temas discutidos nesse trabalho. A segunda apresenta os roteiros de entrevista semiestruturados para agricultores e técnicos que foram utilizados como instrumento para coleta dos dados desta pesquisa, possibilitando uma melhor compreensão destas ferramentas ao leitor.

Apêndice A - Roteiro de entrevista – Técnicos

Nome do entrevistado:

Idade:

Função:

Localidade:

Escolaridade:

1. Qual é a sua formação profissional? A quanto tempo atua na agricultura?
2. Qual sua relação com a agricultura de base ecológica?
3. Como o Sr. avalia o desenvolvimento da agricultura e base ecológica na sua região, no que diz respeito aos subsídios do governo, outras ajudas, assistência técnica, acesso ao crédito, organização do mercado, tanto ao nível local quanto ao nível nacional e de Mercosul. Quais os problemas da atual política que podem estar afetando o desenvolvimento?
-Situat a produção de base ecológica ou as atividades no atual contexto econômico, social e político.

4. Qual a sua visão quanto ao potencial produtivo e comercial da produção de base ecológica na agricultura familiar?

-Captar também a percepção quando comparativamente com a agricultura não familiar. No país e na região.

5. Em sua opinião, os agricultores de base ecológica, como reagem frente a esta situação descrita pelo Sr.? (Verificar a especificidade de cada tipo de agricultor (vinculado ao sistema de produção) mencionado frente a situação).

6. Como você vê a participação dos técnicos no desenvolvimento de agriculturas de base ecológica?

7. Qual é a sua opinião em relação às políticas de compra institucional como PAA e PNAE para agricultura familiar? Quais os pontos positivos e negativos, limitantes e potencialidades dessas políticas e se houver, quais suas diferenças?

8. Como você vê a importância da participação dos técnicos na execução das políticas de compra institucional?

9. Qual tem sido o papel das organizações e instituições junto aos agricultores familiares na organização da produção de base ecológica e no acesso a política de mercados institucionais?

10. O que o Sr. aponta como pontos centrais para superação dos desafios de ordem técnica e de comercialização na agricultura familiar de base ecológica?

Apêndice B - Roteiro de entrevista – Agricultores

Nome do entrevistado:

Idade:

Função:

Escolaridade:

Composição da família:

Localidade:

Nome da Propriedade:

A. Histórico

1. Qual é a origem de sua família? (No caso, de ser de origem agrícola). Como seus familiares começaram na agricultura? O que cultivavam e como? Quem trabalhava na atividade?

- Fazer uma descrição da situação familiar (lugar de origem, profissão, classe social, migração, etc.;) e agrícola (área possuída (início) área total, área explorada, meios de produção, organização do trabalho, relação ao mercado, etc.) o mais antigo possível.

2. Como é a vida atualmente no local que o Sr. vive e o que mudou? Como é a conexão com urbano?

B. Produção e meio ambiente

3. O Sr. pode descrever sua maneira de produzir (a partir da escolha do que produzir até a “colheita”. O Sr. sempre segue a mesma maneira de produzir (itinerários técnicos) ou o Sr. muda? Quais as razões desta mudança? Com quem aprendeu este conhecimento? Com seu pai? Jornais e TV? Ou com outros agricultores e técnicos?

Faça um histórico da sua experiência técnica.

Com quem aprendeu a trabalhar?

Pode distinguir na sua história de agricultor diferentes momentos de aprendizagem da profissão de agricultor? (em função da evolução da exploração e segundo o lugar ocupa na divisão do trabalho)

Descrever as diferentes tarefas que realiza na U.P. e identificar os problemas específicos a cada tarefa, do ponto de vista do nível de tecnicidade (técnico) exigido e do ponto de vista dos problemas, os quais é confrontado (incerteza, riscos).

No caso do agricultor orgânico certificado, identificar bem:

- As razões que levaram a produção orgânica ou agroecológica?

Quais produtos são produzidos e onde comercializa os produtos?

- A maneira pela qual o Sr. Desenvolve (práticas e conhecimentos) a agricultura é resultado de (influência do vizinho, de um técnico, etc.)

- Os problemas específicos para produzir (ordem agrônômica, econômica ou de mercado), segundo os quais ele é confrontado.

- A maneira pela qual o agricultor resolve estes problemas (seus critérios de escolhas, por exemplo: quanto ao surgimento de doenças nas plantas ou pragas)

- Com quem discute estes problemas (técnicos, grupo de agricultores, informação escrita, associação, sindicato, Ongs e cooperativas, etc.) ou se eles não discutem (pois, tem medo de se parecer com um agricultor mal informado).

O objetivo aqui é de avaliar se existem diferentes níveis técnicos e de conhecimento, as experiências de sucessos e fracassos, o conhecimento particular segundo os indivíduos (sua experiência pessoal) ou segundo os sistemas agrícolas de suas explorações (cultura/animais/orgânico).

4. O Sr. tem problemas ambientais em seu sistema de produção? Que tipo de problema? Por que aparece tal problema? Em sua opinião qual é a solução para resolver tal problema? Por quê?

Descrever os problemas ambientais (atenção/cuidado): Ele pode os formular de outro modo, não em termos ambientais.

Perguntar ao agricultor se os problemas que aparecem são cada vez mais numerosos e cada vez mais importantes.

Verificar se são ligados a certas atividades específicas da UP.

Verificar se o agricultor encontra-se em processo de conversão (verificar se são percebidos como um risco?) e, ao partir da sua experiência anterior.

Avaliar as estratégias de respostas ao respeito destes problemas (respostas sobre o plano técnico, como sobre as informações ou as relações com outros agricultores e técnicos).

O objetivo é avaliar a percepção de sustentabilidade e os comportamentos que esta percepção provoca. Além de identificar possíveis demandas técnicas e de conhecimentos científicos novos ou já existentes.

5. O Sr. tem introduzido mudanças no modo de produção. Como? O que gostaria de mudar em sua produção?

Por exemplo: quer (pensa em) comprar mais terras? Aumentar os equipamentos técnicos? Aumentar ou diminuir o nível de mecanização? Quer continuar com a agricultura orgânica? Aumentar ou diminuir a práticas sustentáveis? Por que e como?

6. Como modificou sua maneira de produzir (introdução de novas tecnologias sustentáveis, de adubos orgânicos, de preventivos naturais, de investimentos, etc.) A partir de quando e porquê? Como evoluiu sua exploração em relação ao mercado?

- Fazer uma descrição precisa da evolução da sua exploração e de sua família, desde situação de origem até a situação atual.

7. Qual é o teu projeto no que diz respeito ao futuro de seus filhos? Eles vão continuar com a Unidade de Produção (propriedade/pode área arrendada)? Aqui, na Unidade de Produção ou em outra? Eles vão partir para outra região? Eles vão trabalhar em outra atividade?

8. O que pensam vocês com relação a herança? O Sr. pensa em manter esta exploração ou vai dividir com seus filhos? O Sr. deseja casar seus filhos somente com outros filhos de agricultores? Por quê?

C. Percepção da profissão agrícola:

9. Como o Sr. avalia a importância das tecnologias e do saber-fazer (conhecimento tradicional): Como ele (agricultor) justifica seu apego a esta profissão. (Como ele justifica seu papel social na agricultura, pela inovação técnica, pela relação à natureza); Como ele vê a evolução da sua profissão?

10. Relação à técnica: O Senhor confia na técnica para resolver seus problemas ou tem alguma dúvida sobre isso (desconfia igualmente do progresso técnico)? Expressa necessidade de formação?

11. Existem técnicos atuando em sua produção? (Se não existe técnicos atuando, qual o porquê e quem é o responsável por isso?)

12. O Senhor deseja mudar sua maneira de produzir? Na organização de seu trabalho? No seu modo de vida? No equilíbrio entre sua vida familiar e social? etc.

As esfericidades da profissão – agricultor orgânico - em relação a outras profissões (independência, nível técnico, mudanças e adaptação, relação a natureza)

13. Pensa em mudar de profissão? Mudar de região?

O objetivo é avaliar a identidade social e profissional do indivíduo e de ver se a questão do meio ambiente é susceptível de modificar sua concepção profissional.

14. Percepção do mundo e sensibilidade ao meio ambiente: (Qual é o risco da agricultura convencional?)

15. Sua opinião com relação a outras maneiras de produzir (seja de seus pais ou avós ... até à agricultura biológica).

Identificar sua relação com a natureza: do ponto de vista do passado: tradição familiar uma relação positiva com a natureza (caça, pesca, coleta, ...) sua própria infância.

Do ponto de vista atual: pode-se identificar as escolhas feitas sobre o plano produtivo que levam em conta a proteção ou o respeito com a natureza: sensibilidade a beleza das paisagens; práticas ligadas a natureza...

D. Políticas públicas de compra institucional e outras

16. O PNAE, programa do governo federal de compra de produtos alimentares para a merenda escolar, tem contribuído para renda da família?

Qual a sua opinião sobre esse programa? Apontar pontos positivos e negativos.

17. Qual sua opinião sobre o PAA, o Programa de Aquisição de Alimentos? Qual a opinião do produtor sobre esse programa? Apontar pontos positivos e negativos.

18. Qual a sua opinião do produtor sobre as políticas públicas (legislação ambiental inclusive) ou outras mais gerais e quais são as demandas mais urgentes em relação ao Estado (municipal, estadual e federal)

E. Organizações Sociais

19. O senhor (a) participa de alguma organização social (cooperativa, associação, núcleo rede de agroecologia, etc.)

Frequenta as reuniões e qual a opinião dele sobre a organização?

20. Qual tem sido o papel de sua organização na organização da produção de base ecológica e no acesso a política de mercados institucionais?

O Sr. atua ou já atuou com outras instituições parceiras? Como o Sr. avalia essas experiências? (ONGs, prefeitura, órgãos públicos, etc.)

Apêndice C – Registros fotográficos da pesquisa de campo



Participação em reuniões da Associação AGRIFA, comunidade Santa Maria em Cananéia/SP.

CALENDÁRIO DE ENTREGAS - PNAE	
MÊS DE ABRIL - 2014	
ABRIL	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30
MARÇO	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31
MICHELLE	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31
YVONE	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31

CALENDÁRIO DE ENTREGAS - PNAE	
MÊS DE MARÇO - 2014	
MARÇO	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31
MICHELLE	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31
YVONE	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31

Calendários de entregas de produtos para PNAE do grupo da Associação AGRIFA.



Elaboração do planejamento de entregas de hortaliças para PNAE do grupo da Associação AGRIFA.



Processamento do palmito pupunha em dia de entrega no PNAE.



Técnico da COOPTEC preparando solo com microtrator para plantio de arroz.



Área com arroz em ponto de colheita, baixo Vale do Ribeira.



Análise de documentos de agricultor do baixo Vale do Ribeira.



Área de produção em sistema agroflorestral típica no médio Vale do Ribeira.



Área de produção de hortaliças típica do alto Vale do Ribeira.



Área de produção em sistema tradicional coivara (corte e queimada) típica no médio Vale do Ribeira.



Área de produção de folhosas típica do alto Vale do Ribeira.



Reunião da Associação Flor do Tempo, Barra do Chapéu/SP.



Análise documental dos agricultores do alto Vale do Ribeira.



Equipamentos e insumos utilizados na produção de bioinsumos, Associação COOPTEC.



Reunião Cooperativa Coopafasb, médio Vale do Ribeira.



Encontro de educação do campo, espaço de discussão de políticas públicas destinadas à agricultura familiar.